

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Mateus André Gonçalves Rodrigues

O culto aos Santos e às relíquias de Santa Dulce dos Pobres

**GOIÂNIA
2024**

Mateus André Gonçalves Rodrigues

O culto aos Santos e às relíquias de Santa Dulce dos Pobres

Monografia apresentada à Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História e Historiador, conforme as disposições da Lei 14.038/2020.

Orientador(a): Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento

GOIÂNIA

2024



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Rua 227, Qd. 66, n. 3669 – CEP 74.605-080 | Leste Universitário
Contato: (62) 3946 1686 | historia.pucgoias@yahoo.com.br
WhatsApp Business: (62) 3946 1686



ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2024, entre as 18h45 e as 20h, na sala Multiuso 2 da Escola de Formação de Professores e Humanidades, ocorreu a solenidade de defesa do Trabalho Monográfico:

“O culto aos Santos e às relíquias de Santa Dulce dos Pobres”

Apresentado por **Mateus André Gonçalves Rodrigues**, discente do Curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Compuseram a Banca Avaliadora a **Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento** e o **Prof. Dr. Hugo Rincon Azevedo**, sob a presidência da primeira.

Após quinze minutos conferidos à apresentação do Trabalho Monográfico, a Banca Avaliadora expôs suas considerações sobre os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso, conferindo ao discente a oportunidade de responder aos questionamentos. A seguir, a Banca Avaliadora passou a julgamento em sessão secreta.

Após o julgamento pela Banca Avaliadora, considerando que o discente **Mateus André Gonçalves Rodrigues** apresentou o trabalho monográfico e respondeu **satisfatoriamente** aos questionamentos apontados pela Banca Avaliadora, foi considerado **APROVADO**, obtendo o Conceito A.

Goiânia, 11 de dezembro de 2024.

Prof. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Hugo Rincon Azevedo
Membro Avaliador

*"A educação tem raízes amargas, mas os seus
frutos são doces."*

(Aristóteles)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Aquele que sempre me sustentou em todas as adversidades da vida, minha fé no Senhor foi o que sempre me sustentou em toda a minha trajetória acadêmica.

Agradeço a Nossa Senhora, por todas as graças concedidas. Obrigado mãezinha do céu, sem a sua intercessão eu não chegaria a lugar algum.

Obrigado Santa Dulce dos Pobres, por me mostrar o amor preferencial aos pobres e marginalizados.

Um agradecimento muito especial às Obras Sociais Irmã Dulce - OSID, por fornecerem as informações necessárias para conclusão da minha monografia.

Aos meus pais Livia Rodrigues de Souza e Antônio Cristiano Gonçalves, por sempre me apoiarem em todas as minhas decisões. As minhas irmãs Hagata e Herica eu amo vocês. Aos meus afilhados Manuela e Wanderley, vocês são a razão do meu viver.

Um obrigado especial para a minha orientadora Prof. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento, por me guiar nessa caminhada tão importante em minha vida.

Agradeço a OVG e a PUC-GO por todas as bolsas concedidas, sem elas eu não poderia continuar o curso.

E aos meus amigos que a faculdade me proporcionou Thallya, Lucas, Luciano e Nayane, obrigado pelos sorrisos, conselhos e abraços. Vocês fazem parte disso!

E ao Setor Juventude na pessoa do Padre Mateus dos Santos Rocha e da Irmã Lucilda Cantuária SSM, obrigado por me ouvirem nos momentos mais difíceis, pelos conselhos tão valiosos e por todas as orações, vocês são muito importantes na minha vida.

RESUMO

Esta monografia estudou a trajetória de Santa Dulce dos Pobres no contexto do culto aos santos. O culto aos santos, consolidado em marcos como o Concílio de Trento, fortaleceu práticas de veneração e firmou diretrizes rigorosas para o reconhecimento de milagres e canonizações. No caso de Irmã Dulce, sua trajetória religiosa desde a juventude, marcada por uma vida de abnegação e assistência aos pobres, a elevou à condição de santa. Sua biografia é alinhada aos valores católicos, mas também crítico das injustiças sociais. Fundadora das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), a freira baiana construiu uma rede de apoio social abrangente, que inclui hospitais, escolas e centros de atendimento, beneficiando pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Suas relíquias, preservadas pela Igreja e veneradas pelos fiéis, fortalecem sua presença espiritual e o impacto cultural de sua figura. A canonização de Irmã Dulce foi formalizada pelo Vaticano após a comprovação de um milagre atribuído à sua intercessão, consolidando-a como um símbolo de fé e caridade no cenário brasileiro e internacional. A OSID continua a perpetuar seu legado, tornando-se uma ponte entre a devoção popular e a ação social efetiva.

Palavras-Chave: Culto aos Santos; Santa Dulce; Relíquias Cristãs.

ABSTRACT

This monograph studied the trajectory of Santa Dulce dos Pobres in the context of the cult of saints. The cult of saints, consolidated in milestones such as the Council of Trent, strengthened veneration practices and established strict guidelines for the recognition of miracles and canonizations. In the case of Sister Dulce, her religious trajectory since her youth, marked by a life of selflessness and assistance to the poor, elevated her to the status of saint. His biography is aligned with Catholic values, but also critical of social injustices. Founder of Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), the Bahian nun built a comprehensive social support network, which includes hospitals, schools and care centers, benefiting people in extremely vulnerable situations. His relics, preserved by the Church and venerated by the faithful, strengthen his spiritual presence and the cultural impact of his figure. Sister Dulce's canonization was formalized by the Vatican after proof of a miracle attributed to her intercession, consolidating her as a symbol of faith and charity on the Brazilian and international scene. OSID continues to perpetuate his legacy by becoming a bridge between popular devotion and effective social action.

Keywords: Worship of the Saints; Santa Dulce; Christian Relics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Catacumbas protegem cristãos e se tornam lugares de culto.....	18
Figura 2: Pequena Dulce	34
Figura 3: Irmã Dulce e Madre Teresa de Calcutá também se encontraram em Salvador.....	42
Figura 4: A serva de Deus em seu primeiro encontro com João Paulo II	43
Figura 5: Quarto de Irmã Dulce	49
Figura 6: Capela das Relíquias (Salvador-Bahia) local atual das relíquias corporais.....	62
Figura 7: Em formato de coração, relicário entregue ao Papa com um pedaço do osso da Santa Dulce dos Pobres pode ser visitado na Capela das Relíquias, no Vaticano	64
Figura 8: Cinzas Santa Dulce.....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo I - O culto aos santos	17
1.1 Concilio de Trento	23
1.2 O contexto brasileiro e a religião católica	28
Capítulo II – Santa Dulce dos Pobres: O Anjo Bom do Brasil	34
2.1 Obras sociais Irmã Dulce	45
2.2 Construção da Santidade de Irmã Dulce	51
2.3 As relíquias de Irmã Dulce	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

O culto aos santos remonta aos primórdios do cristianismo, quando os primeiros mártires eram venerados pelas comunidades cristãs, estes mártires, , eram vistos como intercessores junto a Deus, e seus túmulos se tornaram locais de peregrinação e devoção. H. Strathmann (1968) define martírio a partir dos nominativos gregos mar-tys, martyros e martyr, que parecem ter origem na raiz grega smer, cuja tradução seria “ter em mente”, “lembrar”, como na palavra grega mermeros (“aquele que delibera”, “aquele que pensa bastante”), ou nos verbos mermairo e mermerizo (“considerar”, “deliberar”) (SILVA; SILVA, 2016, p. 118).

Com o tempo, a concepção de martírio na religiosidade cristã foi ampliada, segundo Andrade (2015), inicialmente, a definição de martírio envolvia apenas aqueles que morreram violentamente por causa de sua fé, no entanto, essa definição se expandiu para incluir mortes resultantes de doenças graves ou homicídios, mesmo que a morte não estivesse diretamente relacionada à adesão à fé cristã, essa ampliação do conceito de martírio permitiu que mais indivíduos fossem reconhecidos como santos, refletindo uma evolução na maneira como a santidade era percebida e venerada.

A veneração dos santos, especialmente dos mártires, desempenhou um papel importante no desenvolvimento e crescimento do cristianismo, os mártires eram vistos como intercessores poderosos, e suas histórias inspiravam os fiéis a manter a sua fé diante da adversidade, a celebração de suas vidas e sacrifícios ajudava a fortalecer a identidade e a promover a continuidade da fé cristã.

Ao longo dos séculos, a veneração dos santos evoluiu para incluir uma ampla variedade de personagens, cada uma com suas próprias histórias, solidificando ainda mais a prática do culto aos santos como um elemento central da espiritualidade, essa veneração se expandiu para incluir não apenas mártires, mas também outros indivíduos considerados exemplares em sua santidade e virtude.

Segundo Reginaldo, Trevisan e Do Carmo Amaral (2018), durante a Idade Média, o culto aos santos atingiu seu apogeu, este período foi marcado por uma intensa religiosidade e uma busca por modelos de vida cristã que pudessem ser seguidos pelos fiéis, sendo assim culto dos santos é a técnica de acessar o divino mediante a experiência da intercessão dos cristãos do pós-morte, privilegiados não mais por crer, mas por ver e acessar o sagrado. A Igreja controlou essa veneração

através da canonização, além disso, a disseminação das relíquias – partes dos corpos dos santos ou objetos associados a eles – contribuiu significativamente para o fortalecimento desse culto.

O culto aos santos teve um impacto profundo no crescimento do cristianismo, as histórias de vida dos santos, eram narradas em hagiografias, serviam para inspirar e educar os fiéis. As peregrinações aos santuários e os festivais em homenagem aos santos promoviam a união das comunidades e consolidavam a fé católica, a presença de santos padroeiros para diversas profissões, cidades e países também ajudava a integrar a religião na vida cotidiana das pessoas

Exemplo moderno dessa tradição é Santa Dulce dos Pobres, conhecida por sua dedicação incansável aos mais necessitados no Brasil, beatificada e, posteriormente, canonizada pelo Papa Francisco, Santa Dulce tornou-se um símbolo contemporâneo da compaixão e serviço cristão. Suas relíquias, que incluem fragmentos de seus ossos e objetos pessoais, são veneradas por muitos fiéis que buscam sua intercessão (GOMES, 2020, p. 17). Esses itens sagrados são frequentemente expostos em cerimônias e locais de peregrinação, como o Santuário Santa Dulce dos Pobres em Salvador, Bahia, perpetuando a tradição medieval de veneração e destacando o contínuo impacto dos santos na fé.

Evangelista (2006), explica que a incorporação do culto aos santos como dogma na Igreja Católica foi formalizada através de diversos concílios e decretos papais, este processo culminou no Concílio de Trento (1545-1563), que reafirmou a legitimidade da veneração dos santos e das suas relíquias, bem como a importância das imagens sagradas.

O Concílio de Trento foi uma resposta à Reforma Protestante, que criticava o culto aos santos como uma forma de idolatria, ao reafirmar a doutrina e os rituais associados aos santos, a Igreja Católica não apenas consolidou a sua posição teológica, mas também fortaleceu a identidade católica frente aos desafios religiosos da época.

A bula convocatória para o Concílio de Trento durante o pontificado do Papa Paulo III foi emitida em 22 de maio de 1542 e é conhecida como "*Laetare Hierusalem*", esta bula papal foi um documento crucial na história da Igreja Católica Romana, pois convocou um concílio ecumênico para enfrentar os desafios teológicos e disciplinares apresentados pela Reforma Protestante.

A "*Bula Laetare Hierusalem*" foi promulgada em latim e, além de convocar o concílio, delineou os temas principais que seriam discutidos, como a autoridade das Escrituras e da Tradição, a doutrina da justificação, os sacramentos, o culto aos santos e muitos outros aspectos da fé e prática católicas. Ao longo das várias sessões do Concílio de Trento, que ocorreram de 1545 a 1563, foram debatidas e definidas muitas das questões que dividiam a Igreja Católica e os reformadores protestantes, o concílio teve um impacto profundo na história da Igreja.

Concílio de Trento reafirmou a autoridade tanto das Sagradas Escrituras quanto da Tradição da Igreja como fontes de revelação divina. Ao contrário dos reformadores protestantes, que enfatizavam a autoridade exclusiva da Bíblia, Trento defendeu que tanto a Escritura quanto a Tradição eram igualmente importantes para a fé católica. Um dos pontos mais debatidos entre católicos e reformadores foi a doutrina da justificação. Trento ensinou que a justificação é um processo que envolve a graça de Deus, a cooperação humana e a obra sacramental da Igreja.

Trento reafirmou o ensino católico sobre os sacramentos como sinais eficazes da graça de Deus, em resposta às críticas protestantes sobre a validade dos sacramentos, o concílio afirmou a necessidade e a eficácia dos sete sacramentos (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio).

Além de defender suas doutrinas contra as críticas protestantes, Trento também iniciou uma série de reformas na vida e na disciplina da Igreja Católica. Estas reformas visavam combater abusos e restaurar a disciplina clerical, melhorar a educação dos clérigos e o cuidado pastoral, entre outras questões.

Os decretos tridentinos foram formalmente aprovados pela bula *Benedictus Deus* em 26 de janeiro de 1564, mas a publicação oficial ocorreu apenas em 30 de junho do mesmo ano, este atraso na publicação evidencia a persistência de controvérsias em torno das decisões adotadas pelo Concílio de Trento (PAIVA, 2014).

As disputas não eram apenas teológicas, mas também políticas, envolvendo a manutenção da supremacia da autoridade pontifícia, diante dessas complexidades, o papado reservou para si o direito exclusivo de interpretar os decretos tridentinos que gerassem dúvidas. Assim, o Papa não só assegurava a correta aplicação dessas resoluções, mas também centralizava o controle sobre as interpretações, evitando qualquer ambiguidade que pudesse desafiar sua autoridade.

Para Paiva (2014), inicialmente, o papado via o Concílio com desconfiança, havia receio de que as tendências conciliaristas e episcopalistas pudessem emergir fortalecidas, ameaçando a centralização do poder na figura do Papa. O conciliarismo, que defendia a superioridade de um concílio geral sobre o Papa, e o episcopalismo, que promovia a autonomia dos bispos em relação ao papado, eram correntes de pensamento que preocupavam a Cúria Romana. Contudo, à medida que o Concílio avançava, o papado conseguiu navegar pelas complexas águas das negociações e, no final, o poder pontifício foi significativamente reforçado.

A capacidade do Papa de interpretar e aplicar os decretos tridentinos permitiu à Igreja Católica consolidar suas reformas internas e reafirmar sua doutrina frente à Reforma Protestante, as reformas implementadas visavam clarificar e solidificar a teologia católica, responder às críticas protestantes e combater abusos e corrupções dentro da Igreja, o fortalecimento do poder papal significava que a Igreja poderia, com mais eficácia, promover uma unidade doutrinária e disciplinar em todo o mundo católico, essencial para sua sobrevivência e expansão.

O Concílio de Trento também marcou o início de uma nova era na Igreja Católica, caracterizada por uma maior centralização e controle do papado sobre as práticas religiosas e administrativas, esta centralização foi importante para a execução das reformas tridentinas, que incluíam a formação de seminários para a educação adequada do clero, a revisão e padronização dos rituais litúrgicos, e a reafirmação de doutrinas tradicionais como a transubstanciação e a justificação pela fé e obras.

Cymbalista (2006) assinala que durante o Concílio, os bispos e teólogos católicos buscaram clarificar e defender práticas que haviam sido desafiadas pelos reformadores protestantes, estes últimos criticavam a veneração de relíquias como supersticiosa e idólatra, acusando a Igreja de desviar os fiéis do verdadeiro culto a Deus.

O Decreto sobre a Invocação, Veneração e Relíquias dos Santos, promulgado pelo Concílio, sublinhou que as relíquias dos santos, assim como suas imagens, deviam ser reverenciadas, este decreto estabeleceu que a veneração das relíquias deveria ser feita de maneira ordenada e digna, evitando qualquer tipo de abuso ou superstição (CYMBALISTA, 2006). Uma passagem significativa do decreto afirma:

A Invocação e Veneração às Relíquias dos Santos e das Sagradas Imagens

Ordena o Santo Concílio a todos os Bispos e demais pessoas que tenham o encargo ou obrigação de ensinar, que instruem com exatidão aos fiéis, antes de todas as coisas, sobre a intercessão e invocação dos santos,

honra das relíquias e uso legítimo das imagens, segundo o costume da Igreja Católica e Apostólica, recebida desde os tempos primitivos da religião cristã, e segundo o consentimento dos santos Padres e os decretos dos sagrados concílios, ensinando-lhes que os santos que reinam juntamente com Cristo, rogam a Deus pelas pessoas, e que é útil e bom invocá-los humildemente, e recorrer às suas orações, intercessão e auxílio para alcançar de Deus os benefícios por Jesus Cristo seu Filho e nosso Senhor, que é nosso Único Redentor e Salvador, e que agem de modo ímpio os que negam que os santos, que gozam nos céus de grande felicidade, devam ser invocados, ou aqueles que afirmam que os santos não rogam pelas pessoas, ou que é idolatria invocá-los para que roguem por nós, mesmo que seja a cada um em particular, ou que repugna a palavra de Deus e se opõe à honra de Jesus Cristo, Único Mediador entre Deus e as pessoas, ou que é necessário suplicar verbal ou mentalmente a os que reinam no céu.

Os fiéis devem também ser instruídos para que venerem os santos corpos dos santos mártires e de outros que vivem em Cristo, que foram membros vivos do próprio Cristo, e templos do Espírito Santo, por quem haverão de ressuscitar para a vida eterna para serem glorificados, e pelos quais são concedidos por Deus muitos benefícios às pessoas, de modo que devem ser condenados, como antigamente se condenou, e agora também os condena a Igreja, aos que afirmam que não se deve honrar nem venerar as relíquias dos santos, ou que é vã a veneração que estas relíquias e outros monumentos sagrados recebem dos fiéis, e que são inúteis as frequentes visitas às capelas dedicadas aos santos com a finalidade de alcançar seu socorro.

Além disso declara este santo concílio, que as imagens devem existir, principalmente nos templos, principalmente as imagens de Cristo, da Virgem Mãe de Deus, e de todos os outros santos, e que a essas imagens deve ser dada a correspondente honra e veneração, não por que se creia que nelas existe divindade ou virtude alguma pela qual mereçam o culto, ou que se lhes deva pedir alguma coisa, ou que se tenha de colocar a confiança nas imagens, como faziam antigamente os gentios, que colocavam suas esperanças nos ídolos, mas sim porque a honra que se dá às imagens, se refere aos originais representados nelas, de modo que adoremos unicamente a Cristo por meio das imagens que beijamos e em cuja presença nos descobrimos, ajoelhamos e veneramos aos santos, cuja semelhança é espelhada nessas imagens. Tudo isto está estabelecido nos decretos dos concílios, principalmente no segundo de Nicéia, contra os impugnadores das imagens. (AGNUS DEI, Dado em Roma, em São Pedro, em 22 de maio do ano da Encarnação do Senhor de 1542 e oitavo de nosso Pontificado)

A reafirmação e regulamentação da veneração das relíquias pelo Concílio de Trento ajudaram a fortalecer a identidade católica em um período de grandes desafios e transformações. As relíquias continuaram a ser centrais na prática devocional católica, servindo como fontes de inspiração espiritual e como símbolos tangíveis da presença divina na vida dos fiéis.

Nos tempos modernos, o exemplo de Santa Dulce dos Pobres e a veneração de suas relíquias ilustram a continuidade desse culto nos dias atuais. Nascida em Salvador, Bahia, em 1914, Santa Dulce dedicou sua vida aos mais necessitados, criando uma rede de obras sociais que inclui hospitais, escolas e centros de acolhimento. Sua canonização pelo Papa Francisco em 2019 destacou seu exemplo

de amor ao próximo e dedicação incansável aos pobres e doentes, as relíquias de Santa Dulce, incluindo fragmentos de seus ossos e objetos pessoais, são veneradas por muitos fiéis que buscam sua intercessão e inspiração.

A veneração de santos como Santa Dulce não apenas mantém viva a tradição de honrar figuras de santidade, mas também reflete a adaptabilidade e a relevância contínua dessa prática na Igreja Católica, sendo assim a influência dos santos no crescimento e na estrutura da Igreja é profunda, proporcionando um elo tangível entre o divino e o humano, o passado e o presente (ADAM; WOITOWICZ, 2022).

Para tanto, esse estudo se voltou com base em uma pesquisa de fontes bibliográfica. De acordo com Amaral (2007), a pesquisa bibliográfica envolve o levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relevantes para o tema estudado, constituindo uma etapa fundamental em qualquer trabalho científico que influenciou todas as etapas subsequentes desta monografia.

A delimitação temporal à história do Brasil atual é justificada pela importância desse período na formação das tradições e práticas que moldaram o culto aos santos como conhecemos hoje. A Idade Média foi um período de grande transformação e consolidação para a Igreja Católica, quando se testemunhou a formalização de práticas devocionais, a construção de catedrais dedicadas a santos e o estabelecimento de festivais e rituais que veneravam santos específicos. Essa herança devocional segue sendo significativa na atualidade, refletida, por exemplo, na veneração de figuras como Santa Dulce dos Pobres, canonizada pela Igreja Católica em 2019. O culto a Santa Dulce não apenas reforça a continuidade das práticas devocionais enraizadas na Idade Média, como também demonstra sua relevância no contexto contemporâneo, onde a Igreja busca adaptar suas tradições às necessidades sociais e espirituais atuais.

A bula convocatória para o Concílio de Trento durante o pontificado do Papa Paulo III foi emitida em 22 de maio de 1542 e é conhecida como "*Laetare Hierusalem*", esta bula papal foi um documento importante na história da igreja, pois convocou um concílio ecumênico para enfrentar os desafios teológicos e disciplinares apresentados pela Reforma Protestante. A "*Bula Laetare Hierusalem*" foi promulgada em latim e, além de convocar o concílio, delineou os temas principais que seriam discutidos, como a autoridade das Escrituras e da Tradição, a doutrina da justificação, os sacramentos, o culto aos santos e muitos outros aspectos da fé e prática católicas.

Esta monografia está dividida em 2 capítulos, no primeiro capítulo foi empreendido uma análise sobre o "surgimento" do culto aos Santos, mergulhando nas raízes históricas e teológicas que deram origem a essa prática devocional tão significativa para os fiéis ao longo dos séculos. O foco esteve na compreensão dos primeiros estágios desse culto, desde suas manifestações iniciais até sua consolidação como um aspecto central da espiritualidade católica.

Ao longo do desenvolvimento deste capítulo, foi examinado a evolução do culto aos santos, desde seu status inicial como uma devoção comunitária espontânea até sua formalização e institucionalização na estrutura da igreja.

No segundo capítulo foi estabelecido uma conexão entre o culto aos Santos na tradição católica e as relíquias de Santa Dulce dos Pobres, foi abordado não apenas a vida e morte dessa santa, mas também se concentrou na veneração de suas relíquias, e seu impacto na devoção dos fiéis, usando como fontes principais a biografia escrita por sua sobrinha Maria Rita Pontes (1999) e parte da bula de canonização da santa.

Capítulo I - O culto aos santos

Na Idade Média, as imagens religiosas exerceram um papel fundamental na propagação do cristianismo e na disseminação dos ensinamentos da Igreja, em uma época em que a acessibilidade às Escrituras era extremamente limitada, devido à baixa taxa de alfabetização e à escassez de cópias da Bíblia, as imagens religiosas tornaram-se um instrumento essencial para a instrução e catequização dos fiéis (LE GOFF, 2002, p. 599).

O Papa Gregório Magno, destacou a importância das imagens religiosas ao afirmar que elas deveriam ser respeitadas por seu papel significativo na educação espiritual. Segundo ele, as imagens não apenas recordavam os eventos sagrados e promoviam a contrição, mas também desempenhavam um papel didático vital ao ensinar aqueles que não tinham acesso aos textos sagrados, de acordo com essa perspectiva, as imagens religiosas eram vistas como ferramentas de ensino que ajudavam a manter viva a memória dos eventos sagrados e a fomentar a devoção entre os fiéis.

Essas representações visuais contribuíam para a formação religiosa ao proporcionar uma conexão tangível com os temas da fé cristã. Através das imagens, as pessoas eram capazes de visualizar as histórias bíblicas e os feitos dos santos, o que ajudava a reforçar a compreensão e a prática da religião.

Segundo Andrade (2015), a mais significativa expressão da religiosidade no catolicismo popular está no culto aos santos, a veneração dos santos remonta aos primeiros séculos da Igreja, estando ligada às perseguições e ao martírio enfrentados pelos primeiros cristãos.

Dessa maneira Nascimento (2024, p. 317-318), ressalta:

O culto às relíquias cristãs nasceu ao redor das tumbas dos primeiros mártires, homens e mulheres a quem a comunidade admirava por acreditar que eles teriam morrido por sua fidelidade a Cristo. Os crentes instituíram celebrações que rememoravam o dia da sua morte, que ocorriam, mormente, junto aos túmulos. Gradativamente, pessoas com distintos perfis, mas consideradas excepcionais por suas virtudes, também passaram a ser recordadas e um calendário festivo e identitário foi se delineando.

Os cristãos usavam diversos locais para realizar em suas orações e celebrações religiosas, entre eles suas próprias casas e as catacumbas. As catacumbas, em particular, eram consideradas locais seguros durante as épocas de perseguição, estas galerias subterrâneas serviam como locais de sepultamento e, simultaneamente, como espaços de culto e encontro para a comunidade cristã.



Figura 1: Catacumbas protegem cristãos e se tornam lugares de culto. Fonte: David Soanes/ Shutterstock

Nas catacumbas, encontravam-se sepultados muitos mártires, para os primeiros cristãos, o fato de orar e realizar ritos fúnebres nas proximidades dos túmulos dos mártires tinha um significado profundo: eles acreditavam que os mártires, estando na presença de Deus, permaneciam espiritualmente vivos e presentes ao lado dos perseguidos, esta

proximidade com os mártires era vista como uma fonte de inspiração e intercessão divina.

Segundo Martins (2015), o termo "catacumba" foi retirado de uma das tumbas mais proeminentes e veneradas de Roma, a de São Sebastião. Originalmente, apenas a tumba de São Sebastião era conhecida por esse nome, mas, com o tempo, o termo passou a ser utilizado para designar todos os cemitérios subterrâneos cristãos, refletindo a importância desse local específico para a tradição religiosa e cultural cristã.

As catacumbas eram necrotérios judaico-cristãos subterrâneos públicos. O termo começou a ser usado em 1611, quando uma escavação na Igreja de São Sebastião, em forma de cruz ao sul de Roma, na Via Ápia, revela um necrotério com aproximadamente 174 mil corpos do decorrer do século II. O termo catacumba significa „sob a cruz “. Pela lei romana, o território do cemitério era declarado religioso, sendo que sua violação era considerada crime. Talvez por isso possamos compreender porque as catacumbas continuam razoavelmente bem preservadas e porque se acredita que elas também serviam de lugar para que pessoas judaico-cristãs realizassem celebrações e reuniões clandestinas, visto que a religião cristã era oficialmente proibida até o Édito de Milão de 313. A partir de então, no século IV, a Igreja passa a sepultar seus mortos na superfície e dentro das igrejas, o que vale para as pessoas importantes da elite eclesiástico-social [...]. (REIMER, 2010, p. 5).

Catacumba, em sua acepção literal, refere-se a uma cavidade subterrânea, embora o uso do termo tenha sido historicamente restrito às sepulturas. A definição e o contexto de aplicação do vocábulo remontam às antigas práticas funerárias, especialmente entre os primeiros cristãos, que utilizaram essas estruturas para sepultamento e culto religioso. De acordo com Scott (1996), as catacumbas não se limitaram a Roma, mas também se fizeram presentes em cidades como Siracusa, Alexandria, Nápoles e Paris.

É importante destacar que essas catacumbas não eram simples refúgios durante as perseguições, como muitas vezes se supõe. Conforme salientado por González (1995), os cristãos não utilizavam as catacumbas como esconderijos, mas sim como locais sagrados de sepultamento e devoção religiosa:

Outro dos costumes que aparece desde muito cedo era celebrar a comunhão nos lugares onde estavam sepultados os fiéis já falecidos. Esta era a função das catacumbas. Alguns autores dramatizaram a „igreja das catacumbas“, dando a entender que estas eram lugares secretos em que os cristãos se reuniam para celebrar seus cultos escondidos das autoridades. Isto é um exagero. Na realidade as catacumbas eram cemitérios e sua existência era conhecida pelas autoridades, pois não eram só os cristãos que tinham tais cemitérios subterrâneos. Mesmo que em algumas ocasiões os cristãos tenham utilizado algumas das catacumbas para se esconder dos seus perseguidores, a razão pela qual se reuniam nelas era que ali estavam enterrados os heróis da fé, e os cristãos criam que a comunhão os unia, não só entre si e com Jesus Cristo, mas também com seus antepassados na fé. Isto era particularmente certo no caso dos mártires, pois pelo menos a partir do século segundo existia o costume de se reunir junto às suas tumbas no aniversário de sua morte para celebrar a comunhão. Esta é a origem da celebração das festas dos santos, que em geral se referiam, não aos seus natalícios, mas sim às datas de seus martírios. (GONZÁLEZ, 1995, p.152).

A veneração dos mártires nas catacumbas também contribuía para a coesão e fortalecimento da identidade comunitária dos primeiros cristãos, ao celebrar a Eucaristia e outros ritos religiosos nas proximidades dos túmulos dos mártires, os fiéis reforçavam a memória daqueles que haviam testemunhado com suas vidas a verdade do Evangelho.

Portanto, os lugares utilizados pelos cristãos para suas orações e ritos religiosos, como as catacumbas, não apenas atendiam a necessidades práticas e de segurança, mas também carregavam um profundo simbolismo espiritual e comunitário, essas práticas destacam a resiliência e a adaptabilidade da comunidade cristã primitiva, que encontrou maneiras de perseverar e prosperar mesmo em face de severas perseguições e desafios logísticos.

O local onde as pessoas estavam sepultadas era considerado uma segunda casa para os primeiros cristãos, segundo Bordignon (2004) o que explica por que essas áreas eram frequentemente enfeitadas com bonitas pinturas, esse cuidado com o ambiente dos sepultamentos refletia a reverência e o respeito que os cristãos tinham pelos seus mortos, vendo esses espaços como uma extensão da comunidade viva.

Após o fim das perseguições aos cristãos, que ocorreu com a promulgação do Édito de Milão em 313 d.C., que legalizou o cristianismo no Império Romano, houve uma mudança significativa na forma como os cristãos lidavam com as relíquias e as memórias dos mártires. Surgiu o costume de levar pequenas relíquias dos santos para

os altares das igrejas (SILVA; CARMO, 2013). Essas relíquias, muitas vezes fragmentos de ossos ou objetos associados aos santos, eram consideradas possuidoras de poderes especiais de intercessão e proteção divina.

Nesse contexto, os despojos considerados sagrados — as relíquias — começaram a adquirir notável importância, relacionadas diretamente às figuras veneradas pelos fiéis, as relíquias passaram a ser vistas não apenas como símbolos de devoção, mas também como elementos dotados de um valor espiritual inestimável, capazes de “intermediar milagres” e conceder bênçãos divinas. Essa sacralidade atribuída aos restos mortais dos santos ou aos objetos que lhes pertenciam reforçava a crença na presença contínua da graça divina na terra, mesmo após a morte dos venerados (NASCIMENTO, 2024).

A importância das relíquias suplantou as fronteiras da fé e entrou no campo da política e da cultura, se tornaram instrumentos de sacralização e legitimação tanto para a Igreja quanto para os poderes temporais. O traslado de relíquias para catedrais e igrejas de diferentes regiões reforçava a importância daqueles espaços sagrados e conferia prestígio aos que as possuíam. Governantes eclesiais e seculares buscavam as relíquias como forma de legitimar seu poder, conectando suas cidades, reinos e territórios ao sagrado (NASCIMENTO, 2024).

Ademais, os templos cristãos começaram a ser decorados com pinturas e imagens que lembravam os primeiros cristãos, especialmente os mártires da fé, segundo Mesquita (2015), as igrejas foram adornadas com cenas que narravam a vida, o martírio e os milagres dos santos, essas imagens serviam tanto como homenagens quanto como meios de inspiração para os fiéis, lembrando-lhes dos exemplos de coragem e devoção dos mártires.

Assim, nasceram as imagens dos santos, concebidas como recordações daqueles que nos antecederam na fé, esses ícones e pinturas não só embelezavam os locais de culto, mas também desempenhavam um papel didático e espiritual, ajudando a manter viva a memória dos santos e a transmitir os valores e ensinamentos cristãos.

Os locais de sepultamento cristãos, desde as catacumbas até as igrejas decoradas com relíquias e imagens, refletem a evolução da devoção cristã e a maneira como os primeiros fiéis integraram suas práticas religiosas com a memória de seus mártires e santos, este desenvolvimento histórico ilustra a importância da arte e da simbologia na formação da identidade cristã e na perpetuação da fé ao longo dos

séculos. Os Santos Padres, tanto do Ocidente quanto do Oriente, originalmente se opunham a qualquer forma de representação através de imagens, pinturas ou esculturas, contudo, essa postura começou a mudar a partir do século III, quando as catacumbas e os sarcófagos passaram a ser adornados com imagens cristãs.

Segundo Sesboüé e Wolinski (2002), com o surgimento dessas representações visuais, figuras como Atanásio e Basílio de Cesareia foram os primeiros a buscar a legitimação do culto às imagens. Para o autor os mesmos trabalharam para justificar teologicamente a presença e o uso de imagens no contexto cristão, no entanto, o desenvolvimento desse culto às imagens não foi isento de problemas, dando origem a excessos e ambiguidades doutrinárias que começaram a levantar questões pastorais significativas.

Esses desdobramentos, muitas vezes controversos, trouxeram desafios para a Igreja, que precisava equilibrar a veneração das imagens com os princípios fundamentais da fé cristã. A legitimidade do culto às imagens tornou-se, assim, um tema de debate e reflexão teológica, gerando discussões que buscavam delinear os limites e as funções apropriadas dessas representações no contexto da prática religiosa cristã.

Mesquita (2015), explica que as imagens foram um ponto de discórdia significativo entre judeus, muçulmanos e cristãos ao longo dos séculos, por volta do ano 723, o Califa Yezid emitiu uma ordem exigindo a destruição de todas as imagens existentes nos templos e nas casas tanto de cristãos quanto de muçulmanos, esta decisão, tomada no contexto de uma tentativa de purificação religiosa e política, ecoou até o Império Bizantino.

Segundo o autor, a ordem do Califa chegou ao conhecimento do imperador Bizantino Leão III, influenciado politicamente por judeus e muçulmanos, e buscando uma maneira de reorganizar o Império Bizantino através da unidade religiosa, Leão III decretou uma guerra contra as imagens em 726 d.C. Este movimento iconoclasta, que literalmente significa "quebra de ícones," encontrou apoio significativo entre muitos bispos, especialmente na Ásia Menor, que viram na iconoclastia uma forma de purificar a fé cristã de práticas que consideravam idólatras.

No entanto, a resistência ao movimento iconoclasta também foi forte. Germano, patriarca de Constantinopla, tornou-se um dos principais defensores do culto às imagens, o mesmo escreveu três cartas nas quais apresentou um argumento teológico robusto a favor das imagens, baseado na doutrina da Encarnação, para

Germano, a encarnação de Cristo legitimava o uso de imagens, pois, ao assumir a carne humana, Deus permitiu que a divindade fosse representada na matéria. Ele argumentava que as imagens não representavam a essência divina em si, mas a manifestação de Deus na carne, especialmente através de Cristo.

Drobner (2008), explica que Germano também fez uma distinção importante entre a adoração (*latria*), que é devida somente a Deus, e a veneração (*dulia*), que pode ser dirigida a Maria e aos santos representados em imagens, Germano afirmava que a Virgem Maria e os santos, quando representados em imagens, não deveriam ser adorados, mas honrados como servos de Deus que exemplificaram vidas de virtude e fé.

Segundo Bernay e Peyrous (2023), os argumentos de Germano encontraram apoio no Ocidente, particularmente com o Papa Gregório II. O Papa aceitou a distinção teológica feita por Germano e defendeu vigorosamente o culto às imagens, o mesmo sustentava que as imagens serviam como instrumentos pedagógicos e espirituais que ajudavam a educar os fiéis na fé cristã e a elevar suas mentes e corações a Deus. Segundo Mesquita (2015), Gregório II argumentou que as imagens podiam inspirar devoção e fornecer um meio visual para compreender e refletir sobre os mistérios da fé cristã.

A controvérsia sobre as imagens culminou no Segundo Concílio de Niceia em 787 d.C, que reafirmou a legitimidade do uso de ícones e imagens na Igreja, condenando a iconoclastia como heresia, este concílio marcou uma vitória decisiva para aqueles que defendiam o uso de imagens como parte integrante da vida litúrgica e espiritual da Igreja.

Assim, com a oficialização do cristianismo como religião do Império Romano no século IV, o culto aos santos foi formalmente incorporado à prática litúrgica da Igreja, a construção de basílicas sobre os túmulos dos mártires, a composição de hagiografias (biografias de santos) e a instituição de festas litúrgicas em honra aos santos foram algumas das maneiras pelas quais a Igreja institucionalizou este culto. O Segundo Concílio de Niceia em 787 d.C. reafirmou a legitimidade da veneração dos santos, distinguindo-a claramente da adoração, que é devida somente a Deus.

Ao longo da Idade Média, o culto aos santos se expandiu e diversificou, novos santos foram canonizados e venerados localmente antes de serem reconhecidos universalmente. Relíquias – partes do corpo dos santos ou objetos associados a eles – tornaram-se centrais na devoção popular e no culto público, sendo muitas vezes

associadas a milagres, santuários, mosteiros e igrejas se tornaram centros de peregrinação e devoção.

1.1 Concílio de Trento

Parece-nos adequado abordar o que é, de fato, um concílio. Qual sua importância histórica? E como o *Ius Canonici* (Direito Canônico) o compreende? Silva (2015), ressalta que um concílio é uma assembleia extraordinária do colégio apostólico, composta pelos bispos, que se reúne sob a presidência do Romano Pontífice. Este, enquanto cabeça e fundamento do *múnus episcopal*, exerce a "*supremae et plenae potestatis in universam Ecclesiam*" (suprema e plena autoridade sobre toda a Igreja) conforme disposto no (can. 336). Isso significa que, em matérias de fé e moral, um concílio legitimamente convocado pelo Soberano Pontífice possui caráter solene e universal, exercendo, de forma infalível, o poder sobre a Igreja Católica.

A convocação de um concílio ecumênico, que é a reunião universal de bispos e outras autoridades eclesiais, é uma prerrogativa exclusiva do Papa, a ele cabe, o direito de convocar, presidir, transferir, suspender ou dissolver o concílio, além de aprová-lo formalmente.

Historicamente, os concílios ecumênicos sempre desempenharam um papel importante na definição dos dogmas da Igreja e na resolução de questões doutrinárias. Eles se constituíram como fóruns de debate e decisão sobre as mais importantes questões que afetaram a fé e a disciplina eclesial. Alguns dos concílios mais importantes, como o Concílio de Nicéia (325 d.C.), que definiu a natureza de Cristo, e o Concílio de Trento (1545-1563), que respondeu à Reforma Protestante, foram marcos que moldaram profundamente a história da Igreja e a vida cristã em geral.

Silva (2015), explicita seus pressupostos que de acordo com o Direito Canônico, o concílio ecumênico é a expressão máxima da colegialidade episcopal, na qual os bispos, em comunhão com o Papa, exercem sua autoridade em toda a Igreja. O cânon 337 estabelece que essa autoridade colegial dos bispos se manifesta de modo solene no Concílio Ecumênico: "*Potestatem in universam Ecclesiam collegium episcoporum solemniter exercet in Concilio Oecumenico.*" É importante destacar que essa

autoridade é exercida em comunhão com o Romano Pontífice, que, como sucessor de Pedro, é o único detentor da autoridade suprema e plena sobre toda a Igreja.

Esse evento histórico não pode ser analisado de maneira isolada; ele surge em um momento de profundas transformações na cristandade, motivado especialmente pela ruptura religiosa desencadeada pela Reforma Protestante e pela resposta da Igreja Católica, conhecida como Contrarreforma.

Dessa forma, é importante que se considere o ambiente de efervescência teológica e as tensões sociopolíticas que envolviam a Europa no século XVI, quando o concílio foi convocado. O Concílio de Trento, que se estendeu de 1545 a 1563, não foi apenas uma resposta imediata aos desafios impostos pelos reformadores como Martinho Lutero e João Calvino, mas também um esforço da Igreja para consolidar sua doutrina, reafirmar seus dogmas e promover uma reforma interna necessária diante das críticas que surgiam tanto dentro quanto fora de suas estruturas (SILVA, 2015, p. 133).

Pierrard (2010), nos lembra que Trento foi o ponto culminante de uma série de tensões acumuladas ao longo de décadas, em que o poder da Igreja estava sendo questionado não apenas no campo teológico, mas também no tocante à sua autoridade temporal e à sua capacidade de representar e guiar a cristandade europeia em um momento de crises múltiplas:

"A palavra 'contrarreforma' entrou na História. Era evidentemente muito cômodo apresentar o grande movimento religioso que levantou a Igreja Católica de meados do século XVI a meados do século XVII como uma simples reação à Reforma Protestante, um brutal despertar durante a tempestade. Mas o fato é que a ideia de reforma, tão velha quanto a Igreja, havia aberto caminho nas profundezas da sociedade cristã durante o século XV." (PIERRARD, Pierre. 2010, p. 183).

Para o autor o concílio representa a última grande tentativa da Igreja Católica de reafirmar sua primazia em um mundo que se fragmentava rapidamente em termos de fé e de prática religiosa, ao longo de suas diversas sessões, os padres conciliares se debruçaram sobre temas cruciais como a natureza dos sacramentos, a justificação, o papel da tradição, a autoridade papal e a relação entre a fé e as boas obras, temas que estavam no cerne das controvérsias com os reformadores.

Portanto, ao analisar o Concílio de Trento, não se apenas observa um evento isolado no tempo, mas sim um marco que foi determinante para a história do cristianismo ocidental, o mesmo serviu não apenas como resposta às críticas e aos desafios do Protestantismo, mas também como um ponto de inflexão para a Igreja

Católica, que, a partir desse concílio, consolidou sua doutrina de forma mais rígida e iniciou uma série de reformas institucionais que moldariam sua estrutura pelos séculos subsequentes.

O Concílio de Trento ocorreu em um período de grande tensão dentro da Igreja Católica, que, no século XVI, enfrentava severas críticas relacionadas à sua conduta teológica e à falta de disciplina e ética por parte dos eclesiásticos, essas censuras inicialmente não buscavam uma ruptura com a Igreja, mas sim uma reforma interna, visando corrigir os abusos e melhorar os hábitos daqueles que a compunham.

Segundo Santos (2013), a crescente insatisfação com a corrupção e as práticas questionáveis de alguns membros do clero catalisou um movimento de reforma que se espalhou por várias regiões da Europa. Líderes reformistas, como Martinho Lutero, criticaram abertamente a venda de indulgências e outras práticas que consideravam desviantes dos ensinamentos bíblicos, a intenção desses reformadores era, em grande parte, purificar a Igreja e restaurar a integridade e a piedade cristã.

Contudo, a resposta inicial da Igreja Católica às críticas foi lenta e, muitas vezes, defensiva, a falta de soluções satisfatórias e a incapacidade de promover reformas significativas geraram um ambiente de crescente frustração e descontentamento, o diálogo entre os críticos e a hierarquia eclesiástica não conseguiu alcançar um consenso, exacerbando as tensões.

Entre as reformas implementadas pelo concílio estavam a reafirmação da importância dos sacramentos, a necessidade de uma educação adequada para o clero e a criação de seminários para a formação de sacerdotes. Também foram condenadas práticas abusivas, como a venda de indulgências, e reafirmadas as doutrinas centrais do catolicismo, como a transubstanciação na Eucaristia e a autoridade das tradições apostólicas (MOZZARELLI, 1997).

Embora o Concílio de Trento tenha conseguido promover uma significativa reforma interna e revitalizar a Igreja Católica, a divisão entre católicos e protestantes permaneceu profunda e irreconciliável, as decisões do concílio consolidaram a Contra-Reforma, uma iniciativa que buscou não apenas corrigir abusos, mas também combater a expansão do protestantismo e reafirmar a identidade católica.

A bula papal *Laetaris Jerusalem*, ao convocar o Concílio de Trento, estipulava que três principais objetivos deveriam ser alcançados: extirpar o cisma religioso, reformar a Igreja e promover a paz entre os cristãos, além de reivindicar para os cristãos os lugares santos na Palestina.

O concílio, iniciado em 1545, foi finalizado dezoito anos depois, em 1563. Contudo, as reuniões conciliares não ocorreram de maneira contínua, sendo divididas em três etapas distintas. Na primeira fase, que ocorreu entre 1545 e 1548, as discussões concentraram-se em questões teológicas urgentes, era necessário esclarecer pontos doutrinários que estavam sendo fortemente atacados por Martinho Lutero e seus seguidores reformistas. Entre os temas discutidos, estavam a justificação pela fé, a autoridade das Escrituras e a natureza dos sacramentos, a Igreja Católica buscava reafirmar suas doutrinas tradicionais em resposta às críticas e heresias levantadas pela Reforma Protestante.

Nesse sentido, estiveram em pauta a doutrina da justificação pela fé (*sola fide*) e o tema dos sacramentos, em relação à reforma disciplinar, o problema da residência dos bispos foi amplamente debatido. Durante esses anos iniciais, as discussões conciliares resultaram em decretos que abordavam tanto dogmas quanto reformas. Esses decretos trataram da Sagrada Escritura, dos sete sacramentos, do pecado original e da justificação, delineando claramente as diferenças entre católicos e protestantes.

A ruptura definitiva entre as duas confissões, católica e protestante, ocorreu na segunda fase do concílio, que se deu pouco tempo depois da primeira, no biênio 1551-1552, durante essa fase, os conciliares reafirmaram a doutrina da transubstanciação, que declara que o corpo e o sangue de Cristo estão realmente presentes no pão e no vinho consagrados no sacramento eucarístico.

Segundo Cairns (1995), pouco depois, na década de 1550, o papado experimentou a sucessão de três novos Pontífices que desempenharam papéis distintos durante um período crucial para a Igreja Católica. Durante a segunda fase do Concílio de Trento, iniciada sob o pontificado do recém-eleito Papa Júlio III em fevereiro de 1550, a liderança papal viu-se rapidamente substituída por Marcelo II, que ocupou o papado por apenas três semanas em 1555. Após ele, assumiu Paulo IV (1555-1559), cujo governo ficou marcado por sua postura tirânica e repressora. A transição para o papado de Pio IV em 1559 marcou um contraste notável, sendo ele reconhecido por sua moderação e cortesia, além de ser o responsável pela reconvocação do Concílio Tridentino, que se estendeu até 1565.

A reabertura oficial ocorreu em 1º de maio de 1551, porém a participação foi tão limitada que a sessão teve que ser adiada para setembro do mesmo ano. Durante esta sessão, alguns líderes protestantes alemães estiveram presentes e defenderam

a superioridade do Concílio sobre o papa, sugerindo que as decisões tomadas na primeira sessão fossem revogadas. Diante da falta de consenso, os príncipes protestantes avançaram para o sul da Alemanha, próximo aos Alpes, o que levou Júlio III a propor o encerramento da sessão conciliar.

A esperança de um acordo com os protestantes que muitos tinham conservado até 1546, parecia agora cada vez mais como uma utopia inatingível. Na primavera de 1552, os príncipes protestantes, participantes de uma liga, invadiram a Alemanha meridional, aproximando-se perigosamente dos Alpes; não havia então a menor segurança para os padres de Trento e Júlio, contra a vontade, autorizou a assembléia a decidir sobre a sua própria sorte. No final de abril, a maior parte dos padres aprovou a suspensão do concílio por dois anos e todos deixaram Trento às pressas. (MARTINA, 1995. p. 242)

Na terceira e última fase do Concílio de Trento, ocorrida entre os anos de 1562 e 1563, a Europa enfrentava uma realidade significativamente diferente daquelas quase duas décadas antes, enquanto as fases anteriores focaram na resolução das tensões na Alemanha devido à Reforma Protestante, esta última etapa concentrou-se em desafios emergentes, especialmente na França, influenciados pela disseminação das ideias de João Calvino.

Durante esse período, os debates abordaram uma série de questões complexas e urgentes, incluindo a residência episcopal, a prática da comunhão, os ritos de consagração, a autoridade dos bispos no direito divino, o papel do papado, a questão do matrimônio clandestino e as necessárias reformas no clero.

Segundo Costa e Martins (2010), no início de seu pontificado, Pio IV reconheceu a urgência de continuar com a reforma na Igreja, apesar das disputas e oposições entre França e Espanha sobre o local da reunião conciliar, um ano após sua convocação, em janeiro de 1562, o Concílio foi reaberto, e apesar das numerosas discordâncias, avançou rapidamente, culminando em sua conclusão em 4 de dezembro de 1563.

Nas semanas finais do Concílio, foram elaborados decretos sobre questões como o purgatório, a veneração aos santos, as indulgências, os critérios de seleção para o sacerdócio e o noviciado. No encerramento, em 4 de dezembro de 1563, após as solenes aclamações ao papa e ao imperador, o cardeal Morone encerrou os trabalhos com as palavras: "*post actos deo gratia, ite in pacem*". Pio IV, através da bula *Benedictus Deus*, ratificou os decretos tridentinos (COSTA; MARTINS, 2010).

1.2 O contexto brasileiro e a religião católica

A entrada da Igreja Católica no território brasileiro, durante o século XVI, ocorreu em meio a um vasto e complexo movimento de expansão, conhecido como o movimento colonial, que teve suas origens na Europa, esse processo não se limitou apenas à chegada de missionários e à disseminação da fé cristã, mas foi parte integrante de uma dinâmica muito mais ampla, caracterizada pela expansão das potências europeias em busca de novos territórios, riquezas e influência. Neste sentido, o movimento colonial foi, portanto, um fenômeno multifacetado, que envolveu diversas esferas da vida social, econômica, política e ideológica (HOORNAERT, 1982, p.7).

É fundamental recordar que "a colonização portuguesa surge com finalidades econômicas, políticas e religiosas" (HOORNAERT, 1982, p. 8). E, nesse processo, ocorre o encontro e o choque entre as culturas e religiões dos povos indígenas, dos negros africanos trazidos como escravos, e dos colonizadores brancos europeus. A colonização não se limitou à exploração territorial e econômica, mas também foi acompanhada por um forte impulso de evangelização, onde a Igreja Católica desempenhou um papel central. Essa instituição se implantou de forma expressiva no Brasil colonial, promovendo a fé cristã católica, especialmente através das práticas do catolicismo popular:

Uns negam simplesmente a existência de um catolicismo popular distinto do catolicismo estabelecido ou patriarcal: no Brasil só há um catolicismo que constitui o "cimento da unidade nacional". Outros aceitam o catolicismo popular, mas lhe negam toda a originalidade e todo valor: o catolicismo vivido pelo povo é simplesmente a interiorização dos temas apresentados pela religião dominante (HOORNAERT, 1991, p. 98-99.)

Soma-se que catolicismo popular no Brasil apresenta uma diversidade significativa, não sendo de forma alguma um fenômeno uniforme, ele em intermediário abrange uma variedade de expressões religiosas que, em muitos casos, diferem substancialmente do modelo oficial da igreja. Essas diferenças podem ser vistas tanto nas práticas quanto nas crenças dos fiéis, que adaptam a religião às suas realidades locais, culturais e sociais. Uma das manifestações mais marcantes desse catolicismo popular é vivida pelos chamados católicos "sem Igreja", esses indivíduos participam da fé católica de maneira mais informal, sem um vínculo rígido com os ritos e dogmas eclesiais tradicionais.

Mesquita (2015), explica que esse tipo de religiosidade popular é comum entre a maioria dos católicos no Brasil, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, onde o acesso à estrutura oficial da Igreja pode ser limitado. Nesses locais, as capelas e santuários dedicados a santos específicos desempenham um papel central na vida religiosa da comunidade, muitas vezes suplantando a própria paróquia como o principal espaço de expressão da fé. A devoção aos santos, o uso de promessas e peregrinações e a realização de festas religiosas em honra a figuras específicas se tornam formas predominantes de vivência da espiritualidade.

Sendo assim, a história do catolicismo no Brasil é marcada por uma série de eventos e contextos que moldaram sua evolução distinta, diferenciando-o significativamente das tradições europeias que o influenciaram. O catolicismo brasileiro emergiu sob o espírito de reorganização da Igreja Católica que se instaurou após a Reforma Protestante, culminando no Concílio de Trento (1545-1563) (COMBLIN, 1966, p. 574).

A partir dos anos 60, o catolicismo brasileiro passou a desenhar uma nova trajetória, influenciada por profundas transformações sociais, culturais e teológicas. As novas concepções de mundo e de Igreja, que emergiram nas décadas seguintes, refletiam uma busca por uma Igreja mais engajada com as realidades sociais e políticas do Brasil, bem como uma maior abertura para a diversidade de expressões e práticas religiosas dentro do catolicismo (MESQUITA, 2015, p. 161).

Mas, progressivamente, as práticas religiosas católicas se enraizaram profundamente na cultura brasileira, em virtude disso, a veneração aos santos permanece um tema relevante e frequentemente debatido, a necessidade de discutir e refletir sobre essa questão persiste, pois envolve aspectos culturais, históricos e teológicos que continuam a influenciar a vida religiosa no Brasil contemporâneo, para tanto a compreensão e o diálogo sobre a veneração aos santos são essenciais para um entendimento mais amplo da religiosidade popular no país e para o equilíbrio entre tradição e modernidade nas práticas de fé.

O catolicismo ortodoxo e patriarcal, caracterizado pela força, repressão e sacralização, originou dois tipos distintos de catolicismo no Brasil Colônia: o popular urbano e o popular rural (NEGRÃO, 1984, p.16) O catolicismo popular urbano manifestava-se principalmente através das confrarias, irmandades e ordens terceiras, sendo estas organizações conduzidas por leigos, já o catolicismo popular rural estava intimamente ligado às comunidades rurais espalhadas pelo vasto território brasileiro.

Essas comunidades eram, de certa forma, independentes umas das outras, com cada família possuindo e cultivando sua própria terra, no entanto, havia uma cooperação entre vizinhos, especialmente para tarefas como plantar, colher e, acima de tudo, celebrar o santo padroeiro local.

Desse contexto histórico, o Brasil herdou uma imagem distorcida do processo de evangelização, uma imagem que foi muitas vezes retratada como uma missão civilizatória realizada pelos brancos ricos e instruídos, que supostamente levaram a fé aos negros pobres, mestiços, considerados ignorantes e atrasados (HOORNAERT, 1982, p. 88). Essa narrativa obscurece a complexidade e a diversidade das primeiras comunidades cristãs no Brasil Colônia, que eram mais heterogêneas e interativas do que essa visão simplista sugere.

Assim, anos de colonização e imposição religiosa moldaram uma percepção da evangelização que está longe de refletir a verdadeira dinâmica dessas comunidades iniciais, onde a prática da fé e a vida cotidiana eram profundamente interligadas e compartilhadas por diferentes grupos sociais.

No Brasil colonial, o catolicismo era a religião oficial do país, e todos os habitantes eram obrigados a seguir os ritos e preceitos estabelecidos pela Igreja Católica, isso significava que cada pessoa nascida no Brasil deveria ser batizada conforme os rituais católicos, casar-se seguindo as cerimônias prescritas pela Igreja, e participar regularmente dos sacramentos, como a comunhão e a confissão (VAINFAS; ÍNDIOS, 1995). Este sistema religioso institucionalizado não apenas consolidava a fé católica como um elemento central da identidade e vida cotidiana dos brasileiros, mas também reforçava o controle social e cultural exercido pela Igreja e pelo Estado.

Desta forma, diversas ordens religiosas, incluindo franciscanos, beneditinos, oratorianos, capuchinhos e jesuítas, desempenhavam papéis fundamentais na disseminação e consolidação do catolicismo no Brasil. Essas ordens religiosas eram incumbidas de uma missão importante: a conversão dos povos indígenas à fé católica. Cada ordem tinha métodos e abordagens específicos para realizar essa tarefa, desde a educação e instrução religiosa até a construção de missões e aldeamentos que serviam como centros de evangelização (VAINFAS; ÍNDIOS, 1995).

Este esforço conjunto das ordens religiosas no Brasil colonial teve um impacto profundo na sociedade, as missões jesuíticas, em particular, são conhecidas por terem criado redes de aldeamentos indígenas que integravam práticas religiosas,

educacionais e econômicas, transformando profundamente a vida e a cultura dos povos nativos, para Boff (1982), além de converter os indígenas, essas ordens religiosas também desempenhavam um papel importante na educação dos colonos, estabelecendo escolas, seminários e universidades que formavam a elite colonial.

A Carta Constitucional de 1824, promulgada sob a liderança de D. Pedro I, teve um impacto significativo na organização religiosa do Brasil, ao estabelecer a religião cristã católica como a religião oficial do país (KUPPER, 2018, p.122). Esta medida reforçou o catolicismo como um pilar central da identidade nacional brasileira, contudo, a Constituição também permitiu, de maneira limitada, a prática de outras religiões, garantindo certa liberdade religiosa.

Segundo Hoornaert (1982), o sistema mais importante de organização entre a Igreja e o Estado no Brasil colonial era o Padroado, este sistema consistia no direito concedido pelo Papa ao rei de Portugal de nomear clérigos para atuar nas terras recém-descobertas, com o objetivo de melhorar a organização e administração da Igreja Católica no Brasil.

A atuação dos religiosos no Brasil colonial foi significativa e abrangente, especialmente no contexto da política organizatória dos aldeamentos ou missões, esses aldeamentos, também conhecidos como reduções, eram comunidades organizadas pelos missionários, particularmente pelos jesuítas, com o intuito de evangelizar e civilizar os povos indígenas.

Sendo assim, pode-se compreender uma característica marcante desse período foi o regime do Padroado, que concedeu ao imperador amplas prerrogativas em relação à Igreja Católica no Brasil. Sob este regime, D. Pedro I adquiriu o direito de nomear bispos e outros membros da hierarquia eclesiástica, isso significava que a liderança eclesiástica no Brasil estava, em grande medida, sob controle imperial, subordinando a Igreja aos interesses do Estado, além da nomeação dos líderes religiosos, o imperador também tinha a responsabilidade de orientar e supervisionar os estudos nos seminários, que eram os centros de formação dos futuros sacerdotes.

Para Kupper (2023), apesar dessa ingerência direta nos assuntos religiosos, a Igreja Católica no Brasil não era financeiramente autônoma, cabia ao Estado brasileiro a responsabilidade de arcar com as despesas da Igreja, incluindo a manutenção de suas instituições e o pagamento dos salários do clero, este arranjo financeiro reforçava ainda mais a interdependência entre o Estado e a Igreja, consolidando a influência do poder temporal sobre o espiritual.

Para tanto, esse sistema dual de controle e financiamento refletia a complexa relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX. Por um lado, a Igreja Católica gozava de um status privilegiado como religião oficial, com acesso a recursos estatais. Por outro lado, sua autonomia estava limitada pela intervenção direta do imperador em questões eclesiásticas, este equilíbrio delicado moldou profundamente a estrutura religiosa e política do país, influenciando a vida religiosa da nação e a forma como o poder era exercido.

Segundo Kupper (2013), a postura da Igreja Católica no Brasil passou por transformações significativas a partir do Concílio Vaticano I (1869-1870), este concílio marcou o início de uma reaproximação da Igreja brasileira com Roma, que se intensificou especialmente após a Questão Religiosa de 1872, este conflito questionou a eficácia e a legitimidade do regime do Padroado, culminando na definitiva separação entre Igreja e Estado em 1890, já na era republicana.

Para tanto, pode-se compreender que com o rompimento do Padroado, a Igreja no Brasil passou a ser diretamente controlada por Roma, o que resultou em uma hierarquia eclesiástica mais alinhada com as diretrizes europeias do Vaticano do que com as realidades locais brasileiras, esse distanciamento teve profundas implicações na relação da Igreja com os setores populares da população, a influência europeia crescente da Igreja provocou um certo afastamento das massas rurais e urbanas, que sentiam a Igreja cada vez mais distante de suas necessidades e preocupações cotidianas.

Nas áreas rurais, esse afastamento contribuiu para o surgimento e a proliferação de líderes messiânicos que atraíram grande número de seguidores. Figuras como Antônio Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro, João Maria e Padre Cícero se tornaram ícones religiosos e sociais, oferecendo liderança espiritual e material a comunidades que se sentiam desamparadas pela Igreja institucionalizada (KUPPER, 2013, p. 122).

A transformação da postura da Igreja Católica no Brasil, iniciada no Concílio Vaticano I e acentuada pela questão religiosa, teve, portanto, repercussões profundas e duradouras, a centralização do controle eclesiástico em Roma, ao invés de fortalecer a Igreja no Brasil, contribuiu para um distanciamento significativo entre a instituição e a população, esse período de transição e conflito abriu espaço para novas formas de liderança e organização, tanto no campo religioso quanto no político, moldando o cenário religioso e social do Brasil nas décadas seguintes.

Segundo Romanowski (2023), a partir do século XIX, com a abolição da escravidão e a urbanização crescente, a devoção aos santos começou a sofrer transformações, a imigração de europeus trouxe novas influências religiosas, enquanto o sincretismo religioso com as práticas afro-brasileiras e indígenas continuou a moldar a religiosidade popular, no Brasil urbano, as festividades religiosas, como as festas juninas e o carnaval, incorporaram elementos da devoção aos santos, refletindo uma mistura complexa de tradições.

No século XX, com o processo de modernização e secularização da sociedade brasileira, a devoção aos santos enfrentou novos desafios, a urbanização rápida e a industrialização contribuíram para a diminuição da influência das práticas religiosas tradicionais nas áreas urbanas (SELL; MONIZ, 2023, p. 06). Contudo, em muitas regiões rurais, a devoção aos santos permaneceu vigorosa, além disso, movimentos de renovação carismática dentro da Igreja Católica e a influência crescente de novas denominações cristãs também afetaram a prática da devoção aos santos.

Nos dias atuais, a devoção aos santos no Brasil apresenta uma diversidade impressionante, em muitas comunidades, tanto urbanas quanto rurais, a veneração dos santos continua sendo uma parte vital da vida religiosa. Festividades como a Festa de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, atraem milhões de fiéis todos os anos, essas celebrações não são apenas expressões de fé, mas também eventos culturais significativos que promovem a coesão social e a identidade comunitária.

A veneração dos santos continua a ser uma parte central da prática católica no Brasil, refletindo a tradição religiosa do país, no entanto, essa prática tem evoluído em resposta às mudanças culturais e sociais como foi citado acima. A devoção aos santos brasileiros, como Irmã Dulce, cuja beatificação e canonização têm atraído significativa atenção e devoção, exemplifica a continuidade e a adaptação da veneração dos santos. A popularidade de figuras como Irmã Dulce demonstra como a Igreja Católica continua a valorizar e celebrar o testemunho dos santos, integrando-os na vida cotidiana dos fiéis.

Atualmente, a Igreja Católica no Brasil enfrenta desafios significativos, incluindo a secularização crescente, a diminuição da frequência à missa e a competição com outras denominações religiosas e movimentos espirituais. Além disso, a Igreja Católica no Brasil tem se engajado em questões sociais e políticas, como a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a proteção do meio ambiente. A influência do Papa Francisco que foi eleito como 266º Papa da Igreja Católica em 2013, sucedendo

o Papa Bento XVI, que abdicou do papado. O Papa utiliza o nome de Francisco e é o primeiro latino-americano papa jesuíta da história (MANZATTO, 2015, p. 195).

Segundo Binote (2017), o Papa Francisco sido um catalisador importante nesse sentido, promovendo uma visão de Igreja que está ativamente envolvida nas questões contemporâneas e que busca oferecer respostas para os problemas do mundo moderno. é conhecido por seu estilo acessível e sua abordagem inclusiva, que ressoam profundamente com a realidade brasileira, marcada por uma ampla diversidade social e econômica. Suas visitas ao Brasil, como a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro em 2013, foram momentos de grande impacto, reforçando a presença da Igreja e a conexão com a juventude católica. Sua mensagem de solidariedade com os pobres e marginalizados, bem como seu compromisso com a reforma da Igreja e a promoção de uma cultura de encontro e diálogo.

Capítulo II – Santa Dulce dos Pobres: O Anjo Bom do Brasil

“Ele que nos dá o ar, a luz, a saúde, o sol? Ele recusa alguma coisa quando pedimos com fé, com esperança? Como vamos recusar um pedido de nosso semelhante, do nosso próximo?”

Santa Dulce



Figura 2: Pequena Dulce. Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/home>

“De hoje em diante não te chamarás mais Maria Rita Pontes e sim, Irmã Dulce” (ROCHA, 2019, p. 43). Durante a missa solene de confirmação do noviciado na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, realizada em Sergipe, o sacerdote que presidia a cerimônia proferiu uma sentença que marcaria o início de uma nova trajetória de vida. Com palavras que consagraram sua nova identidade, ele conferiu à jovem de 19 anos um nome que, com o passar do tempo, se tornaria emblemático em todo o Brasil.

Nascida em uma família de classe média-alta, a jovem havia crescido em um ambiente de relativo conforto e privilégios. No

entanto, movida por uma profunda fé e um chamado interior, ela decidiu renunciar a todo o status social que sua posição lhe conferia, abandonando o estilo de vida que até então conhecera (CARNEIRO, 2021, p. 16).

No livro "Irmã Dulce dos Pobres" (1999), Maria Rita Pontes, sobrinha de Irmã Dulce, descreve o início do despertar religioso de sua tia, destacando os momentos que marcaram sua vocação e dedicação à vida religiosa:

Ainda aos treze anos, Maria Rita despertou para sua vocação religiosa e tentou entrar para o convento (...) na Rua Independência 61, aplicava compressas e fazia curativos na fissura mal curada que restou de olho direito de indiazinha. Cuidava ainda de outras crianças, adultos e velhos. Todos pobres. E ali, no socavão, dava banho na garotada e dava comida a todos. Conseguia ainda, com a vizinhança, roupas usadas, remédios e alguns trocados para aqueles miseráveis. Maria Rita sentia-se muito feliz em poder ajudar aquela gente com o pouco que possuía, mas com o muito de si que já podia dar (PONTES, 1999, p. 25-26)

Pontes (1999), relata de forma detalhada como os irmãos de Irmã Dulce também foram profundamente impactados ao perceberem que ela estava decidida a seguir sua vocação religiosa. A transição de Dulce, que antes participava das brincadeiras com os irmãos, foi marcada por momentos de estranhamento e incompreensão, eles não entendiam por que, de repente, a irmã não demonstrava mais interesse nas atividades lúdicas da infância, preferindo se isolar em vez de se juntar a eles. Uma das cenas emblemáticas narradas é a de Dulce escondendo-se no galinheiro da família durante essas brincadeiras, um comportamento que simbolizava sua crescente necessidade de silêncio e introspecção, refletindo um afastamento gradual das distrações mundanas e uma conexão mais profunda com sua fé, esse período de transformação na vida de Dulce foi difícil tanto para ela, que enfrentava os dilemas internos de sua escolha, quanto para seus irmãos, que não conseguiam compreender plenamente as razões por trás da sua devoção cada vez mais intensa (PONTES, 1999, p. 26).

Aos 15 anos, Maria Rita – sem comentar nada com a família, planejou novamente entrar para o convento. No entanto, seu irmão Geraldo descobriu o pedido de admissão e contou ao pai (PONTES, 1999, p. 27). O pai de Maria Rita, percebendo o crescente desejo da filha em seguir a vida religiosa, tomou a decisão de chamá-la para uma conversa importante, ele entendia que Maria Rita, ainda jovem, estava se inclinando cada vez mais para o caminho da vocação religiosa. No entanto, como pai cuidadoso e preocupado com o futuro dela, ele sugeriu que ela esperasse um pouco mais antes de tomar uma decisão definitiva, seu principal argumento era que, com

mais maturidade e formação, Maria Rita poderia estar melhor preparada para enfrentar os desafios da vida no convento.

Na semana de sua formatura, seu pai lembrou o anel de colação de grau – afinal era a primeira filha mulher que se formava – e chamou a para ir até o centro da cidade para escolherem o modelo do anel que mais lhe agradaria (PONTES, 1999, p. 28). Maria Rita, sentindo o peso da responsabilidade e o respeito profundo pelo pai, manteve a cabeça baixa durante a conversa, uma atitude que demonstrava tanto sua humildade quanto seu receio de desagradar aquele que tanto amava. Seu olhar permaneceu fixo no chão, evitando encarar o pai diretamente, como se quisesse, ao mesmo tempo, expressar sua submissão filial e a dificuldade emocional de se posicionar firmemente diante de uma figura tão importante em sua vida.

No entanto, apesar de seu medo e da delicadeza da situação, Maria Rita não hesitou em deixar claro aquilo que realmente desejava. Com a voz firme, mas ao mesmo tempo suave e reverente, ela expressou sua convicção de maneira simples, mas poderosa: "Paizinho, eu não quero nada. Eu apenas quero ser freira." (PONTES, 1999, p. 28).

Pontes (1999, p. 28), relata que então a decisão estava tomada sobre o futuro de Maria Rita:

A resolução estava tomada. Nada neste mundo a faria retroceder. E seu pai bem sabia disto. Sabia que em breve perderia sua Mariinha. Só em pensar seus olhos encheram-se de lágrimas. Sem solenidade, sem anel, no dia 9 de dezembro de 1932, Maria Rita recebeu o seu diploma de professora. No dia seguinte, começaram os preparativos para entrar no convento. Seu padrinho, Joaquim Catarino, deu-lhe de presente o enxoval. Menos de dois meses depois, no dia 8 de fevereiro de 1933, Maria Rita entrava para a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição.

A escolha de ingressar na vida religiosa não foi fácil, o nome que lhe foi conferido naquele momento não apenas simbolizava essa nova etapa, mas também representava o compromisso de viver conforme os princípios da fé que agora abraçava. Anos depois, o nome daquela jovem se tornaria um dos mais reverenciados e respeitados em todo o país, associado a uma vida de caridade, devoção e incansável trabalho em prol dos pobres e desamparados (CARNEIRO, 2021, p. 16).

Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, segunda filha de Augusto Lopes Pontes e Dulce Maria de Sousa Brito Lopes Pontes, nasceu em Salvador, capital do Estado da Bahia, em 26 de maio de 1914.

A família de Irmã Dulce desfrutava de grande prestígio na capital baiana devido às suas influentes conexões políticas e sociais, especialmente estabelecidas por seu avô paterno, o coronel Manoel Lopes Pontes, que também foi deputado estadual. Ele ficou conhecido como o idealizador do obelisco em homenagem ao Dois de julho, localizado no Campo Grande, no Centro de Salvador.

O pai de Dulce, penúltimo filho do coronel, além de ser dentista e professor na Faculdade de Odontologia, ele também atuou como redator e revisor de jornais na época. Sobre sua mãe, Rocha (2019) menciona que ela era filha de um médico, Manoel Joaquim de Souza Brito, e era uma típica moça prendada da época, habilidosa em atividades como culinária, costura, bordado e piano (ROCHA, 2019, p. 22).

Segundo Carneiro (2021), além de Maria Rita, o casal teve mais cinco filhos: Augusto (1913-1966), Dulcinha (1915-2006), Aloysio (1918-1999), Geraldo (1919-1981) e Regina (junho de 1921-agosto de 1921). O nome que a baiana escolheu para assumir na vida religiosa é uma homenagem à sua mãe, que faleceu aos 26 anos de idade devido a uma hemorragia durante o parto de Regina, que morreu poucos meses após o nascimento. Três anos após a tragédia, em novembro de 1924, o pai da freira casou-se com Alice da Silva Carneiro e teve mais duas meninas: Terezinha (1925-1938) e Ana Maria (1940).

Pesquisadores e jornalistas que estudaram a trajetória de Santa Dulce atribuem à influência familiar dois dos seus maiores traços: o gosto por cuidar de pessoas carentes e a vocação religiosa. O ativismo, segundo uma reportagem especial veiculada pelo jornal Correio¹, "Pelos Olhos de Dulce", teria começado com o avô da baiana, Manoel Lopes Pontes, e foi transmitido às demais gerações. Manoel Lopes Pontes era conhecido por sua dedicação às causas sociais e pelo seu empenho em ajudar os mais necessitados, inspirando assim seus descendentes a seguirem o mesmo caminho. O pai da freira, por exemplo, foi um dos fundadores do Abrigo Filhos do Povo, na Liberdade, e das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID²), instituições que desempenham papel fundamental no apoio e assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade. A influência dessas figuras familiares, comprometidas com o bem-

¹ <https://especiais.correio24horas.com.br/pelosolhosdedulce/index.html>

² Segundo informações da própria Osid, as Obras Sociais Irmã Dulce foram criadas pela freira baiana no dia 26 de maio de 1959. Ao todo, 21 núcleos ligados à instituição prestam assistência à população de baixa renda nas áreas de Saúde, Assistência Social, Pesquisa Científica, Ensino em Saúde e Educação, além de promover a preservação e difusão da história de sua fundadora. Mais informações sobre a entidade foram disponibilizadas no decorrer das páginas.

estar dos outros, moldou profundamente a vocação e o trabalho de Santa Dulce, tornando-a uma referência de amor e serviço ao próximo (CARNEIRO, 2021, p.17).

Toda a família era devota de Santo Antônio, uma figura religiosa que continuou a ser alvo de veneração pela freira e cujo nome batiza o albergue e o hospital fundada por ela. Foi na Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, situada no Largo de Santo Antônio, em Salvador, próxima à residência dos Lopes Pontes, que Augusto e Dulce Maria se casaram e onde a religiosa foi batizada, essa devoção familiar a Santo Antônio foi um elo importante na vida de Santa Dulce, inspirando muitos dos seus atos de caridade e compaixão ao longo de sua jornada religiosa (CARNEIRO, 2021, p.17).

Demonstrando desde cedo uma vocação religiosa, ingressou na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus³ em 8 de fevereiro de 1933, na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe, Brasil, poucos meses depois, em 13 de agosto do mesmo ano, recebeu o hábito de freira, adotando o nome de Irmã Dulce em homenagem à sua mãe, que falecera quando ela tinha apenas 7 anos (ROCHA, 2019, p. 35).

Um mês após se tornar freira, Irmã Dulce retornou a Salvador, onde, em vida, realizou seus maiores feitos, sua primeira missão foi passar quatro meses no Sanatório Espanhol, atuando como auxiliar de enfermagem e sacristã. Logo depois, foi designada para ensinar em um colégio mantido pela congregação, no bairro da Massaranduba, na Cidade Baixa, no entanto, o serviço não lhe cativou, como afirma Rocha (2019), pois ela não se considerava rígida com os estudantes mais “levados”.

De acordo com informações do site da OSID⁴, em 1935, a freira se dividia entre dar assistência à comunidade de Alagados, um conjunto de palafitas localizado em Itapagipe, e atender os operários do bairro, criando então um posto médico para oferecer cuidados básicos de saúde. No ano seguinte, em 1936, ela fundou a União Operária São Francisco, a primeira organização operária católica do estado. Em 1937, junto com seu mentor, Frei Hildebrando Kruthaup, fundou o Círculo Operário da Bahia (COB). Este local, segundo Rocha (2019), tinha um viés assistencialista e se diferenciava de um sindicato ao oferecer benefícios como serviços de dentista,

³ A Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus foi fundada em 1910, em Santarém, Pará, por Dom Amando Bahlmann, dos Frades Menores Franciscanos, e Madre Imaculada Tombrok (PASSARELLI, 2019, p. 32).

⁴ <https://www.irmadulce.org.br/home>

médico, fornecimento de remédios, recreação, cursos profissionalizantes e donativos às famílias carentes.

Além da simbólica mensalidade cobrada, a iniciativa era mantida principalmente com a arrecadação de três cinemas que os religiosos haviam construído através de doações – o Cine Roma, o Cine Plataforma e o Cine São Caetano – e dos contatos de Dulce e seu pai. Foi no Cine Roma, inclusive, que aconteceram as primeiras apresentações do músico baiano Raul Seixas, na época à frente do conjunto Raulzito e os Panteras. Conforme Rocha (2019), até o final da década de 1940, o COB alcançou um ápice de 26 mil filiados.

Conforma salientado por Carneiro (2021), seguindo os passos de seu avô e com a inspiração de suas ações passadas, em maio de 1939, Irmã Dulce inaugurou um colégio também chamado Santo Antônio, voltado para operários e filhos de operários, no bairro da Massaranduba. O colégio não apenas oferecia educação formal, mas também se preocupava com a formação profissional e pessoal dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizado e desenvolvimento.

O ativismo social da freira é marcado por episódios, no mínimo, curiosos e inspiradores, diversos materiais sobre sua vida e obra exploram a figura de Irmã Dulce como uma samaritana totalmente dedicada ao bem-estar dos mais carentes, chegando até mesmo a infringir a lei para alcançar seus objetivos. Um dos episódios mais lembrados é a invasão de cinco casas na “Ilha dos Ratos”, na Cidade Baixa, que estavam ocupadas por doentes sem nenhum lugar para ir, após a confusão inicial com o proprietário, que acabou se compadecendo da situação, Dulce voltou a invadir outras propriedades privadas, como um mercado público fechado e um viaduto, para abrigar quem estava morrendo nas ruas, todos os doentes eram acompanhados de perto pela freira, que passava o dia inteiro pedindo donativos como comida e remédios para poder confortá-los e proporcionar um mínimo de dignidade (CARNEIRO, 2021, p. 19).

De expulsão em expulsão, sempre acompanhada por uma legião de pessoas pobres de quem cuidava, em 1949, ocorreu a famosa ocupação do galinheiro no Largo de Roma, situado ao lado do Convento Santo Antônio, onde abrigou os primeiros 70 doentes. A instalação havia sido autorizada pela superiora da instituição religiosa, e no local, Irmã Dulce lidava principalmente com pacientes de tuberculose. Rocha (2019) relata que provavelmente a freira tenha sido acometida pela doença nesse período, o que a levou a se tratar no Ceará entre agosto e setembro de 1949.

Paralelamente ao hospital improvisado no galinheiro, Irmã Dulce continuava seu intenso trabalho na comunidade de Alagados e começou a atender também crianças órfãs. Sua capacidade de mobilizar recursos e apoio era impressionante; ela conseguia, através de sua rede de contatos e de seu carisma, garantir que os

necessitados tivessem acesso ao mínimo necessário para sobreviver. Irmã Dulce se tornava uma figura cada vez mais conhecida e respeitada, não apenas por suas ações diretas, mas também por seu exemplo de vida dedicado inteiramente ao serviço dos outros.

De acordo com Carneiro (2021), com o passar do tempo, as atividades de Irmã Dulce se expandiram ainda mais, ela não apenas fornecia abrigo e cuidados médicos, mas também se empenhava em criar estruturas que oferecessem educação e formação profissional para as populações mais vulneráveis, suas ações tiveram um impacto profundo e duradouro na sociedade baiana, estabelecendo bases para uma rede de assistência que continua a operar até hoje.

O interesse e a preocupação de Irmã Dulce pelos pobres tiveram origem na sua notável capacidade de empatia pelo sofrimento, necessidade, angústia e esperança dos excluídos da sociedade. Sua capacidade de imersão profunda na realidade que a cercava foi um dos fatores fundamentais que moldaram sua missão, Irmã Dulce não apenas observava as dificuldades dos mais necessitados de longe; ela se envolvia ativamente com suas vidas, compreendendo suas dores e lutando para aliviar suas cargas (RIBEIRO, 2021, p. 1017).

Essa habilidade de sentir compaixão genuína e de se colocar no lugar dos outros permitiu que Irmã Dulce desenvolvesse um apostolado de amor e serviço aos pobres que era profundamente enraizado na prática da caridade cristã. Sua abordagem ia além da simples assistência material; ela oferecia um apoio integral que incluía conforto emocional, espiritual e moral, Irmã Dulce via em cada pessoa necessitada a imagem de Cristo sofredor, o que a motivava a dedicar sua vida inteira à causa dos desfavorecidos.

A abordagem de Irmã Dulce não envolvia a denúncia pública e verbal das estruturas geradoras e mantenedoras da pobreza; ao invés disso, sua crítica à injustiça social manifestava-se de forma mais implícita e poderosa através de seu exemplo de vida. Irmã Dulce demonstrava seu descontentamento com as desigualdades sociais por meio de suas ações concretas em defesa e cuidado dos mais necessitados.

Em uma entrevista concedida ao Jornal da Bahia em 15 de agosto de 1971, ela declarou: “Prefiro trabalhar em silêncio. O importante é fazer a caridade, não falar da caridade” (PASSARELLI, 2019, p. 182). Esta declaração sintetiza sua filosofia de vida

e de trabalho: agir com compaixão e empenho, sem a necessidade de reconhecimento público ou aplausos.

Segundo Ribeiro (2021), diante de uma intensa e exigente atividade social, Irmã Dulce jamais descuidou de sua vida de oração, mesmo com um calendário repleto de compromissos e responsabilidades, ela sempre encontrava tempo para rezar, mostrando que sua espiritualidade era profundamente enraizada em sua rotina diária, a oração não era apenas um momento de descanso ou reflexão para Irmã Dulce, mas a fonte de sua força e inspiração.

Segundo Rocha (2019), além de recorrer a grandes doadores como políticos e empresários, Irmã Dulce percorria quase que diariamente as ruas de Salvador para tentar conseguir alimentos e remédios junto aos comerciantes, o que acabou lhe rendendo o apelido pejorativo de “freira pidona”. Muitas vezes, ela era maltratada durante esse processo. O autor estima que o episódio da cusparada na mão tenha ocorrido entre 1949 e 1952, conforme ele narra:

Iraci Lordelo (uma das leigas que ajudava a freira) contou ter testemunhado um episódio que já faz parte do folclore. Segundo ela, Irmã Dulce levou uma cusparada na mão quando pedia donativos para seus pacientes. Com frieza, a freira limpou a mão em um lenço e estendeu-a novamente ao mal-educado: “Está certo. Isso foi para mim, agora eu quero saber o que o senhor vai dar para meus doentes” (ROCHA, 2019, p. 93).

Segundo Carneiro (2021), em 1964, Irmã Dulce enfrentou um impasse importante: ou deixava as suas obras sociais ou abria mão da vida religiosa, o ultimato veio da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, que temia que as dívidas contraídas nas Obras Sociais fossem cobradas da entidade. A solução encontrada pelo arcebispo primaz na época, dom Eugênio de Araújo Sales, foi a excomunhão, uma licença que mantinha Dulce no catálogo de religiosas da Igreja, mas estabelecia que o voto de obediência seria diretamente a ele. Esse instrumento, também utilizado no caso de Madre Teresa de Calcutá, fez com que as irmãs da Congregação que a ajudavam deixassem o convento em 1964.

Sozinha, o período sem as colegas de ofício foi de grande sofrimento para Dulce, conforme a série de reportagens “Pelos Olhos de Dulce”, publicada pelo jornal Correio. De acordo com Rocha (2019), durante os onze anos em que viveu nesta situação, ela contou com a ajuda da família, representada por seu pai e sua irmã Dulcinha, além de voluntários e políticos à frente do governo estadual na época. A freira só voltaria a ser reintegrada à sua ordem religiosa no início de 1976, graças a

uma ação do novo arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela. Em 1979, ocorreu um importante encontro entre Madre Teresa de Calcutá e Irmã Dulce, quando a religiosa albanesa veio a Salvador para receber um terreno do governo do Estado, onde seria instalada uma unidade da sua ordem, as Missionárias da Caridade. Na ocasião, Dulce ofereceu a gestão de sua Obra Social a Madre Teresa, mas ela recusou (CARNEIRO, 2021, p. 21).

Uma das visitas de Madre Teresa Salvador, ocorreu em um momento em que as Obras Sociais Irmã Dulce (OSID) estavam em pleno desenvolvimento. Segundo Carneiro (2021), na época, Irmã Dulce já havia fundado diversos centros de atendimento à saúde e assistência social, que se tornariam referência nacional. Madre Teresa ficou impressionada com o trabalho de Irmã Dulce, especialmente pela capacidade desta de mobilizar recursos e voluntários em prol dos pobres em uma cidade marcada pela desigualdade.



Figura 3: Irmã Dulce e Madre Teresa de Calcutá também se encontraram em Salvador. Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/home>

Este encontro também teve um impacto significativo na forma como as Obras Sociais Irmã Dulce foram percebidas internacionalmente. Segundo Gomes (2020), o apoio e a admiração de Madre Teresa, uma figura já consagrada no cenário mundial, trouxeram maior visibilidade ao trabalho de Irmã Dulce, atraindo ainda mais apoio para suas iniciativas.

Carneiro (2021) afirma que no dia 7 de julho de 1980, outro encontro marcante aconteceu: Irmã Dulce recebeu o então papa, João Paulo II, em sua primeira visita ao país, e ouviu dele um incentivo para prosseguir com sua obra: "Continue, irmã, continue". Tais acontecimentos foram amplamente destacados na mídia durante a canonização, já que tanto Madre Teresa quanto João Paulo II foram reconhecidos como santos.

Pontes (1999, p. 95), relembra com carinho em seu livro sobre o encontro de Irmã Dulce e o papa:

“Na manhã de 7 de julho chovia forte, ventava muito e o clima de euforia era grande. Podia-se ver freiras acomodadas em galhos de árvores, crianças fantasiadas com motivos religiosos, mulheres acenando bandeirolas e lenços brancos, homens emocionados, com lágrimas nos olhos, e jovens compenetrados, numa festa bem diferente das que costumam frequentar.”

Segundo o Jornal O Correio, ao relatar à sua sobrinha Maria Rita, Irmã Dulce falou sobre o profundo impacto emocional de seu encontro com o papa, afirmando que ficou emudecida pela emoção, impossibilitando qualquer diálogo. A ida ao Centro Administrativo da Bahia (CAB) não foi a única aventura da freira em busca de uma oportunidade para ver o pontífice. Logo pela manhã, desafiando o vento e o frio, ela se apresentou ao então Aeroporto Internacional Dois de Julho para tentar um primeiro contato com o santo padre, que estava prestes a desembarcar em solo baiano.

Segundo Gomes (2020), o Papa presidiu uma Missa no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, que reuniu uma multidão de fiéis. A presença de Irmã Dulce na Celebração Eucarística foi um momento de grande simbolismo, pois representava o reconhecimento do Vaticano ao seu compromisso com os mais necessitados.

Em uma entrevista concedida à revista Primaz (2020), a Irmã Olívia Lucinda⁵ da Silva, uma grande amiga de Irmã Dulce, relembra com carinho que:

“A primeira vez que ele veio, Irmã Dulce o foi receber no aeroporto. Depois, fomos para a Missa no Centro Administrativo da Bahia. Eu estava com ela. Quando ela subiu no altar para comungar, o povo bateu muitas palmas. Ela me disse: ‘eu estou feliz da vida’. Ela estava muito emocionada em poder ver o Papa” (informação verbal concedida a revista Primaz).



Figura 4: A serva de Deus em seu primeiro encontro com João Paulo II. Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/home>

⁵ Irmã Olívia Lucinda da Silva, 76 anos, trabalhou com a bem-aventurada Dulce desde o tempo dos atendimentos no galinheiro. Ela conta que se entusiasmou com o jeito da freira, pois o seu desejo sempre foi servir os pobres e, por isso, entrou no convento. Fonte: <https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/os-exemplos-de-irma-dulce-para-uma-vida-de-amor-a-deus-e-ao-proximo>

Segundo Oliveira *et al.* (2021), com o passar dos anos, o ativismo de Irmã Dulce foi sendo cada vez mais reconhecido, o ápice ocorreu em 1988, quando o então presidente da República, José Sarney, indicou a baiana ao Prêmio Nobel da Paz com o apoio da Rainha Sílvia, da Suécia.

Essa indicação ao Nobel da Paz foi um marco na vida de Irmã Dulce, pois destacou internacionalmente seu trabalho e a dedicação com que ela atuava, embora ela não tenha recebido o prêmio, a indicação por si só foi uma honraria imensa, refletindo o impacto profundo que suas ações tiveram não só no Brasil, mas também no mundo.

Antes de falecer, a freira baiana recebeu novamente o Papa João Paulo II em 20 de outubro de 1991, durante a segunda visita do Sumo Pontífice ao Brasil. Desta vez, porém, as circunstâncias foram bem diferentes do encontro anterior, no qual a religiosa havia sido ovacionada pela multidão de fiéis que os acompanhavam.

Acamada em seu quarto, Dulce recebeu do papa um outro terço, depositado por ele em suas frágeis mãos (CARNEIRO, 2021, p. 22). Este gesto foi carregado de significado, representando não apenas o apoio espiritual do Papa, mas também o reconhecimento da santidade e dedicação de Irmã Dulce ao longo de sua vida. “Quando ele veio aqui, no hospital, visitar Irmã Dulce, que já estava acamada, nós sentimos na fisionomia dela a felicidade”, afirma Irmã Olívia Lucinda da Silva. Esse encontro final entre os dois foi uma despedida silenciosa, mas poderosa, marcando a conexão espiritual e a admiração mútua entre o Papa João Paulo II e Irmã Dulce.

Conhecida como o "Anjo Bom da Bahia", Irmã Dulce faleceu no dia 13 de março de 1992, pouco antes de completar 78 anos, deixando um legado imensurável de amor e serviço aos pobres. Segundo Braga, Casaes e Souza (2016), a morte de Irmã Dulce, ocorrida às 16h45min no Convento Santo Antônio, situado na Avenida Dendezeiros, em Salvador (BA), marcou o fim de uma vida dedicada ao cuidado dos mais necessitados. Durante 16 meses, Irmã Dulce sofreu com problemas de saúde, enfrentando as dificuldades com a mesma serenidade e fé que a caracterizaram ao longo de toda a sua jornada.

O velório de Irmã Dulce, realizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador, foi um evento marcado por uma profunda comoção coletiva. Colegas, voluntários, pacientes, abrigados, amigos, conhecidos, políticos, empresários, artistas, e pessoas de diversas partes da sociedade se reuniram para prestar suas últimas homenagens à religiosa. A multidão que se formou no local

refletia o imenso impacto que Irmã Dulce teve na vida de todos que cruzaram seu caminho, seja diretamente ou por meio de seu trabalho nas Obras Sociais.

No dia 15 de março de 1992, às 20h00min, Irmã Dulce foi sepultada no altar do Santo Cristo, na Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na Cidade Baixa, em Salvador. O local escolhido para seu sepultamento não foi por acaso, pois representava o profundo vínculo da religiosa com a cidade e seu povo. A basílica, testemunha de tantas orações e momentos importantes da vida da religiosa, tornou-se também o lugar de seu descanso final, perpetuando a memória de Irmã Dulce no coração da Bahia e de todo o Brasil (PASSARELLI, 2019; PONTES, 1999).

O legado de Irmã Dulce é um testemunho de como a empatia e a compaixão podem ser forças transformadoras na sociedade, seu apostolado de amor e serviço aos pobres continua a inspirar novas gerações a seguir seu exemplo, promovendo a dignidade humana e a justiça social. A história de Irmã Dulce nos lembra que a verdadeira santidade reside na capacidade de sentir profundamente as dores dos outros e de agir de forma concreta para aliviar essas dores, criando um mundo mais justo e humano para todos.

2.1 Obras sociais Irmã Dulce

Faltava, uma casa, um abrigo para que Irmã Dulce pudesse lhes dar a proteção necessária. Ela, que estava sempre obrigada a mudanças forçadas, precisava encontrar um local seguro para os pobres (PONTES, 1999, p. 44).

Segundo Pontes (1999, p. 48), Irmã Dulce questionou o fato de a instituição ter seu nome, e que poderia chamar-se Obras Sociais Santo Antônio por exemplo que remetesse diretamente ao santo do que ela era devota e à missão de ajuda que uma instituição se propunha a realizar, mas acabou percebendo que ela “Irmã Dulce”, funcionava como uma ponte, as pessoas associavam seu nome aos pobres, facilitando sua tarefa árdua de pedir auxílios.

Segundo relatos do Assessor de Memória e Cultura, Osvaldo Gouveia, no início das suas Obras Sociais, Irmã Dulce contava com um forte apoio dos médicos, que eram seus principais voluntários. Ao longo de quatro ou cinco décadas, o voluntariado na OSID operava dentro de uma abordagem bastante tradicional, como descreve Osvaldo, onde os voluntários ajudavam quando e como podiam, assumindo até mesmo funções administrativas sem formação específica. O foco principal era a

disponibilidade para ajudar o próximo, e Irmã Dulce mesma capacitava os voluntários conforme a necessidade e urgência das situações. Dr. Luís Medeiros, líder do núcleo do Ambulatório José Sarney, destaca a importância desse voluntariado inicial nas Obras:

Quando começou aqui no primeiro alojamento, de cimento armado, tudo certinho, as primeiras camas, as primeiras enfermarias, os médicos eram voluntários, as assistentes sociais, as auxiliares de enfermagem, todo mundo voluntário, mas ninguém tinha obrigação. Resultado, passava na hora que tinha tempo, no dia que tinha tempo e muitos pacientes eram recomendados a cuidados, prescrições e só eram verificadas essas prescrições e os resultados da terapêutica semanas, 15 dias, vinte dias, quando os médicos tinham tempo, principalmente porque eram médicos ocupados, alguns tinham clínica particular.

A princípio, na realidade, as coisas para a Associação Obras Sociais Irmã Dulce não foram fáceis. E não se poderia esperar que fosse de outro jeito. O pai de Dulce viajava frequentemente a capital federal atrás de subvenções para que a sua filha pudesse preencher as finalidades de sua missão. Irmã Dulce deslumbrava um novo horizonte, cheio de esperança, fé e paz, clareando manhãs que surgiram, quem sabe, com o sol brilhando para todos (PONTES, 1999, p. 48).

Segundo Salazar (2004), até 1985, as Obras Sociais Irmã Dulce dependiam estritamente de doações, o que era fundamental para sua operação. Com seu carisma e poder de persuasão, como descrito em sua biografia feita por sua sobrinha Maria Rita em (1999), Irmã Dulce conseguiu impulsionar suas obras através dessas doações e do apoio dos poderes públicos. À medida que os serviços se expandiam e diversificavam, no entanto, também cresciam as despesas e as dificuldades em garantir a sustentabilidade da instituição. Irmã Dulce se recusava a fazer convênios, pois não queria comprometer sua filosofia de "Amar e servir" e de "caridade sem limites" com acordos que não beneficiassem os pobres diretamente.

Somente em 1989, ela concordou em firmar seu primeiro e único convênio com o Estado, estendendo-o até os dias de hoje através do SUS. Diante da sugestão do Conselho de Administração das Obras para profissionalizar a gestão da organização, Irmã Dulce, já debilitada em saúde, assinou no mesmo ano um contrato com a empresa de administração hospitalar São Camilo, iniciando os preparativos para a sucessão na liderança da instituição (SALAZAR, 2004, p. 24). Maria Rita Pontes, sua sobrinha, foi então convocada pelo Conselho para assumir interinamente a direção

das Obras, após o falecimento de Irmã Dulce, Maria Rita assumiu a Superintendência, deixando sua carreira no jornalismo no Rio de Janeiro para se mudar para Salvador.

Salazar (2004) explica que sob a gestão de Maria Rita, foram introduzidas modificações significativas, como a descentralização planejada, que conferiu mais autonomia aos coordenadores na tomada de decisões sobre prioridades e utilização de recursos, essa abordagem refletia a visão de que seria inviável continuar operando as Obras de maneira centralizada, como Irmã Dulce fazia. Outra necessidade identificada pela nova gestão foi a importância de estreitar os laços com a sociedade. Para isso, iniciou-se um trabalho de articulação de parcerias e uma administração transparente, visando garantir que todos pudessem ver os resultados do trabalho realizado, além de continuar incentivando doações e voluntariado.

A preocupação com a imagem das Obras era evidente nos discursos da instituição, que buscava preservar sua integridade perante a sociedade como forma de manter viva a memória e o legado de Irmã Dulce no imaginário das pessoas.

As Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), instituição filantrópica de fins não econômicos, abrigam o maior complexo de saúde 100% SUS do Norte-Nordeste. Anualmente, realizam cerca de 5,1 milhões de atendimentos ambulatoriais a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), englobando idosos, portadores de necessidades especiais e deformidades craniofaciais, pacientes sociais, crianças e adolescentes em situação de risco social. Fundada em 26 de maio de 1959 por Irmã Dulce, a organização possui um perfil de serviços único no país, distribuídos em 15 núcleos que oferecem assistência nas áreas de Saúde, Assistência Social, Pesquisa Científica, Ensino em Saúde, Educação, além de se dedicarem à preservação e difusão da história de sua fundadora (SANTOS, 2013, p. 62).

A OSID é reconhecida como instituição de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal, e está cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Seu compromisso com o bem-estar da população de baixa renda e sua contribuição significativa para o desenvolvimento social e de saúde na região destacam-na como uma das mais importantes entidades filantrópicas do Brasil.

Segundo Santos (2013), localizada em Salvador, no Largo de Roma, na Cidade Baixa, encontra-se a sede das Obras Sociais Irmã Dulce. Conhecido como Complexo Roma, o local abriga atualmente 14 dos 15 núcleos da entidade, em uma área construída de 31,4 mil metros quadrados, este complexo inclui 1.005 leitos destinados ao tratamento de patologias clínicas e cirúrgicas.

Dos 15 núcleos, 13 estão voltados para a área da saúde, destacando-se o Hospital Santo Antônio – responsável sozinho por 26% das internações e 31% dos atendimentos ambulatoriais no município (SANTOS, 2013, p. 63). Além disso, o Complexo Roma abriga o Centro Geriátrico, o Hospital da Criança, o Centro de Reabilitação e Prevenção de Deficiências, e o Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolistas, entre outros serviços essenciais.

Segundo o site da OSID⁶ (2021) anualmente, o Complexo Roma registra cerca de 2 milhões de atendimentos ambulatoriais, representando quase metade do volume total de atendimentos realizados por toda a organização, essa estrutura consolidada permite às Obras Sociais Irmã Dulce oferecer um suporte abrangente e de alta qualidade à comunidade, reforçando seu papel crucial no cuidado com a saúde e no bem-estar da população carente da região.

As Obras Sociais Irmã Dulce são reconhecidas pela sua atenção integral, multidisciplinar e humanizada no atendimento à saúde, suas ações abrangem todo o espectro da assistência, oferecendo desde cuidados básicos até procedimentos de alta complexidade.

Entre os serviços prestados o site OSID (2021) destaca a atenção básica, com cobertura de 33 especialidades médicas, realização de exames laboratoriais e de bioimagem, internação hospitalar, cirurgias de alta complexidade e programas de reabilitação. Além disso, o complexo inclui o Centro de Pesquisa Clínica e o Centro de Ensino e Pesquisa Professor Adib Jatene, unidades dedicadas à pesquisa e ensino em saúde. Como Hospital Escola, oferece oportunidades de internato em medicina e mantém 15 programas de residência médica, consolidando-se como um centro de referência acadêmica e assistencial na região.

Também em Salvador, encontra-se o 14º núcleo das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), conhecido como Memorial Irmã Dulce (MID) que está situado em um prédio anexo ao Convento Santo Antônio, no coração da sede das Obras Sociais Irmã Dulce, localizada na Avenida Bonfim, nº 161, no Largo de Roma, bairro de Roma, em Salvador. Segundo o site da OSID (2021), esse espaço, dedicado à preservação da memória e do legado da freira baiana, foi inaugurado em 1993, apenas um ano após o seu falecimento. O MID é uma exposição permanente que celebra a vida e as obras

⁶ <https://www.irmadulce.org.br/home>

da religiosa, o acervo do memorial reúne mais de 800 peças que retratam a trajetória de amor e caridade de Irmã Dulce.

Um dos elementos mais emocionantes do memorial é o quarto de Irmã Dulce, preservado exatamente como ela o deixou. Nesse pequeno espaço, ainda intacto, encontra-se a cadeira na qual a freira dormiu por mais de trinta anos. Essa prática de dormir em uma cadeira foi resultado de uma promessa feita por Irmã Dulce, refletindo sua devoção e sacrifício em nome de sua fé e missão.



Figura 5: Quarto de Irmã Dulce. Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/home>

No seu quarto, estão cuidadosamente expostos objetos de profundo valor sentimental e espiritual, resgatados após a morte de Irmã Dulce. Cada peça carrega consigo uma parte significativa de sua vida e devoção. Entre os itens mais notáveis, encontra-se o terço que pertencera à sua mãe, o qual foi enterrado junto com Irmã Dulce, simbolizando a conexão inquebrável entre elas. Também estão presentes o hábito que a religiosa usava em suas missões diárias, fios de seu cabelo cuidadosamente preservados, fragmentos do caixão em que foi sepultada, além da fita e do lacre que selavam o caixão, todos marcando os momentos finais de sua jornada terrena (BRAGA; CASAES; SOUZA, 2016, p. 52).

Ainda no quarto de Irmã Dulce, é possível contemplar três coroas, cada uma representando momentos distintos e importantes de sua vida religiosa. A primeira é a coroa de espinhos, recebida no momento em que fez seus votos perpétuos, um símbolo de sacrifício e devoção. A segunda é uma coroa prateada, comemorando os 25 anos de sua vida religiosa, marcando um quarto de século de serviço ininterrupto aos necessitados. Por fim, a coroa dourada celebra seus 50 anos de vida religiosa,

um testemunho de meio século de dedicação incansável à fé e ao próximo (BRAGA; CASAES; SOUZA, 2016, p. 52).

O Memorial também exhibe maquetes, livros, diplomas, medalhas e outros itens que retratam fatos marcantes da vida de Irmã Dulce. Entre as peças do acervo, destaca-se uma imagem de Santo Antônio do século XIX, que pertencia à família da religiosa. Esta imagem, diante da qual Irmã Dulce costumava rezar, era frequentemente apresentada por ela aos visitantes das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID) como o "tesoureiro da casa". A visita ao Memorial se estende à Capela das Relíquias, localizada no Santuário Santa Dulce dos Pobres, onde, desde junho de 2010, encontra-se o túmulo de Irmã Dulce.

Além dos núcleos pertencentes à instituição, a OSID também se dedica à gestão de unidades externas de saúde, atualmente administrando quatro hospitais públicos na Bahia em parceria com o Governo do Estado. Esses hospitais são: Hospital São Jorge em Salvador, Hospital do Oeste em Barreiras, Hospital Eurides Sant'anna em Santa Rita de Cássia e Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho em Irecê. Cada um desses hospitais desempenha um papel importante na oferta de atendimento médico de qualidade para as comunidades locais, contribuindo significativamente para o bem-estar da população.

Além da administração desses hospitais, a OSID é responsável pela gestão do Ponto de Encontro, um centro de convivência para moradores de rua e usuários de substâncias psicoativas, situado no Centro Histórico de Salvador. Este centro foi concebido pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (Cetad/UFBA) em colaboração com a Secretaria Estadual da Saúde (Sesab) e as Voluntárias Sociais da Bahia.

O Ponto de Encontro foca no resgate da cidadania dos seus usuários, oferecendo uma ampla gama de serviços e atividades, entre esses serviços, destacam-se cursos profissionalizantes, oficinas, palestras, atividades educacionais e culturais, além de cuidados com a saúde, segundo a OSID (2021), essas iniciativas tem como objetivo não apenas fornecer suporte imediato, mas também capacitar os indivíduos para que possam reintegrar-se plenamente na sociedade, promovendo um impacto duradouro e positivo em suas vidas.

Cerca de 90% dos recursos da OSID provêm da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) e de convênios com organismos estatais, o restante é obtido por meio de doações e da venda de produtos.

2.2 Construção da Santidade de Irmã Dulce

*“Irmã Dulce bem podia
Ser criatura vulgar...
Viver no claustro, somente
A ler, comer e rezar
Indiferente ao suplício,
Fazendo da vida um vício
Até a morte chegar...”*

*Como o coração de Deus,
O seu coração de santa,
Por compaixão dos que sofrem,
Dos pés da cruz se levanta,
Quebra os grilhões da clausura
E vai semear ternura
Como um pássaro que canta...”*

(Literatura de cordel. A autoria de Valeriano Félix dos Santos, funcionário da Agência Postal de Simões Filho)

A construção da santidade de Irmã Dulce dos Pobres, é um processo que envolve aspectos históricos, religiosos e sociais. Irmã Dulce, canonizada como Santa Dulce dos Pobres em 2019 pelo Papa Francisco, tornou-se um símbolo de caridade e dedicação ao serviço dos pobres e doentes no Brasil.

A bula de canonização de Santa Dulce dos Pobres, documento oficialmente concedido pela OSID (Obras Sociais Irmã Dulce), traz em suas palavras a grandeza espiritual e o impacto social de uma vida inteiramente dedicada ao próximo, neste texto solene, a Igreja Católica reconhece oficialmente o percurso de fé e compaixão de Santa Dulce. A canonização, confirmada por esse documento, não apenas eleva Dulce ao status de santa, mas também eterniza seu nome e legado entre os mais venerados da fé católica, esse reconhecimento não se limita a uma formalidade religiosa, mas simboliza o triunfo de uma vida marcada pelo amor incondicional e pela luta pelos menos favorecidos, ao associar o nome de Santa Dulce à canonização, o documento reflete o amor que os fiéis nutrem por ela, bem como o impacto de suas ações no coração de um Brasil que viu, por meio dela, a materialização da bondade e do auxílio aos necessitados:

A sua caridade era maternal, terna. Sua dedicação aos pobres tinha uma raiz sobrenatural e de cima ela extraiu energia e recursos para colocá-lo em movimento uma incrível atividade de serviço aos últimos. Longe de qualquer horizontalismo, da verdade A alma

franciscana tornou-se pobre com os pobres por amor aos extremamente pobres. Tudo isso foi fruto da serenidade interior e é nesta direção que devemos explorar, em no fundo da alma do Santíssimo, para tentar compreender até as mais nuances segredos e trazer à luz sua riqueza (BULA DE CANONIZAÇÃO DE SANTA DULCE, p. 01, 2019, tradução nossa).

Ademais, a bula de canonização de Santa Dulce dos Pobres constitui um documento oficial e detalhado, cuidadosamente elaborado pela Igreja Católica, para registrar cada etapa dos processos e avaliações que resultaram em sua elevação ao status de santa, esse documento histórico não só valida, perante a comunidade religiosa e o mundo, a vida virtuosa e o legado espiritual de Santa Dulce, mas também descreve, em profundidade, os critérios e metodologias aplicados em sua causa de canonização:

Os consultores teológicos, reunidos no Congresso especial de 21 de março do ano de 2019, manifestaram-se favoravelmente e os Cardeais e Bispos, reunidos na Sessão Ordinária do dia 7 de maio seguinte, consideraram esta cura um verdadeiro milagre, atribuído à intercessão da própria Beata. Nós mesmos autorizamos a Congregação para as Causas dos Santos a promulgar o decreto sobre o milagre no dia 13 de maio de 2019. Por fim, no Consistório de 1º de julho de 2019, estabelecemos que a canonização da Beata Dulce Lopes Pontes fosse celebrada na Basílica de São Pedro, em 13 de outubro de 2019 (BULA DE CANONIZAÇÃO DE SANTA DULCE, p. 01, 2019, tradução nossa).

Segundo o Jornal O Correio, o translato do corpo de Santa Dulce dos Pobres para o Vaticano foi um evento significativo que ocorreu após sua canonização em 13 de outubro de 2019. A cerimônia de canonização foi presidida pelo Papa Francisco durante o Sínodo da Amazônia, realizada em Roma, após a canonização, o corpo de Irmã Dulce foi preparado, sendo colocado em um caixão de vidro que permitiu que os fiéis pudessem vê-lo durante o transporte.

Após a chegada, o corpo de Santa Dulce foi colocado em uma capela, onde os fiéis puderam venerá-lo, o Papa Francisco expressou sua admiração por sua vida e trabalho, reforçando a relevância de Irmã Dulce como modelo de caridade e serviço, o papa não apenas celebrou a canonização de Santa Dulce, mas também enfatizou seu impacto social e espiritual.

A santidade de Irmã Dulce não é apenas um fenômeno religioso, mas também um acontecimento sociológico que reflete a interação entre fé, cultura e mobilização social como será abordado nos escritos abaixo, a trajetória de Irmã Dulce foi amplamente documentada pela mídia, e suas obras foram visitadas e apoiadas por diversas figuras públicas, incluindo políticos e artistas, este apoio e a visibilidade

mediática contribuíram para a construção de sua imagem pública como uma santa moderna e acessível, cuja vida e obra ressoam profundamente com os valores de caridade e justiça social.

Em abril de 2009, o Papa Bento XVI concedeu a Irmã Dulce o título de Venerável, reconhecendo que ela viveu as virtudes cristãs da Fé, Esperança e Caridade em grau heroico (PASSARELLI, 2019, p. 221). A beatificação ocorreu em outubro de 2010, após a Congregação para a Causa dos Santos ter autenticado o primeiro milagre⁷ atribuído à Venerável Irmã Dulce, esse milagre ocorreu na cidade de Itabaiana, no Estado de Sergipe, onde Cláudia Cristina dos Santos foi curada de uma grave hemorragia após dar à luz seu segundo filho (ROCHA, 2019, p. 212-220). O reconhecimento desse milagre transformou a Venerável Dulce em Beata. A cerimônia de beatificação aconteceu em Salvador, no dia 22 de maio de 2011, quando a freira passou a ser chamada de Bem-Aventurada Dulce dos Pobres (PASSARELLI, 2019, p. 222-223).

O segundo milagre atribuído à intercessão da Beata Dulce dos Pobres foi reconhecido pelo Papa Francisco em 13 de maio de 2019. O beneficiado pelo milagre foi José Maurício Bragança Moreira, natural de Salvador e residente em Recife, que estava totalmente cego por mais de 14 anos devido a um glaucoma (ROCHA, 2019, p. 221-224). Com este segundo milagre, completou-se a última etapa do processo de canonização da beata baiana, que ocorreu em 13 de outubro de 2019. A partir dessa data, ela passou a ser chamada de Santa Dulce dos Pobres, tornando-se a primeira santa nascida no Brasil (PASSARELLI, 2019, p. 223).

Segundo Carneiro (2021), o processo de canonização de Santa Dulce dos Pobres foi o terceiro mais rápido registrado na história, ocorrendo 27 anos após seu falecimento. Segundo informações do site das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), o reconhecimento da santa baiana está atrás apenas da santificação do Papa João Paulo II, que aconteceu 9 anos após sua morte, e de Madre Teresa de Calcutá, cuja canonização ocorreu 19 anos após seu falecimento.

⁷ Nos processos de beatificação e canonização, os eventuais milagres passam por três etapas de avaliação: uma avaliação realizada por peritos médicos (que dão o aval científico); uma avaliação realizada por teólogos; e a aprovação final do colégio cardinalício. Uma graça só é considerada milagre se atende a quatro requisitos básicos: a intensidade, ou seja, alcançada logo após a petição; a perfeição, isto é, que atenda e garanta de modo completo o pedido; a durabilidade e permanência do benefício e seu caráter preternatural, ou seja, que a ciência não consiga explicá-lo (MARIA, 2019, p. 07).

Durante a pesquisa, foi possível verificar que a canonização da freira despertou o interesse de veículos de comunicação não apenas no Brasil, mas ao redor do mundo, as reportagens que cobriram o evento destacaram os protocolos envolvidos no processo de canonização, reforçando a legitimidade do título de santidade. Para compreender essa lógica, é fundamental entender como e por que alguém é declarado santo pela Igreja Católica.

A canonização é um procedimento rigoroso e detalhado que envolve várias etapas. Inicialmente, a pessoa é reconhecida como Serva de Deus, após uma investigação preliminar sobre sua vida e virtudes, em seguida, se a pessoa tiver vivido uma vida de virtudes heroicas, pode ser declarada Venerável. O próximo passo é a beatificação, que requer a comprovação de um milagre atribuído à intercessão do candidato após sua morte e finalmente, para a canonização, é necessário um segundo milagre, novamente atribuído à intercessão do beato (CARNEIRO, 2021, p. 24). Todo esse processo é cuidadosamente examinado pela Congregação para a Causa dos Santos e, finalmente, pelo Papa, que autoriza a canonização.

Um dos princípios fundamentais do catolicismo é que todas as pessoas tem uma vocação à santidade e que alcançar essa condição é o desejo de Deus, que é santo e perfeito. De acordo com o Catecismo da Igreja Católica⁸, o sentido da vida reside na busca por agradar ao Criador e alcançar uma união íntima com ele, o que possibilita a participação em Seus mistérios e eleva a pessoa ao patamar de santidade.

Se pode compreender através de Gimenez e Nascimento (2023), que a devoção aos santos, sob a perspectiva dos fiéis, é marcada por dois fenômenos históricos de grande visibilidade e reverberações: as peregrinações e o culto às relíquias. Peregrinações são jornadas de fé em que os devotos viajam para locais considerados sagrados, muitas vezes passando por dificuldades e desafios para demonstrar sua devoção e buscar bênçãos, o culto às relíquias envolve a veneração de objetos físicos associados aos santos, como ossos, vestes ou outros itens pessoais, que se acredita possuírem poderes milagrosos.

O Catecismo da Igreja Católica afirma que os santos são aqueles “que, pela graça, estão unidos a Cristo morto e ressuscitado”. Essas pessoas podem estar em diferentes estados: algumas ainda são peregrinas na Terra; outras, que já partiram

⁸ Publicação da Igreja Católica de 1992 que contém a doutrina da instituição e serve como referência para os ensinamentos da fé católica.

desta vida, estão em processo de purificação e são ajudadas pelas orações dos vivos; e outras, finalmente, já desfrutam da glória de Deus e intercedem por nós (CATECISMO, 1997, p. 268).

Por estarem mais intimamente unidos a Deus nos céus, os santos possuem a capacidade de interceder junto a ele pelos que ainda estão na Terra, podendo conceder milagres. Esta intercessão é um dos aspectos que reforça a importância dos santos na vida dos fiéis, pois acreditam que os santos, por estarem em um estado de graça mais elevado, têm um acesso especial à misericórdia e ao poder de Deus.

A doutrina da santidade, portanto, é um convite à busca contínua pela perfeição espiritual e pela vivência das virtudes cristãs, com a certeza de que a santidade é um caminho acessível a todos. É através dessa busca que os fiéis esperam não apenas agradar a Deus, mas também contribuir para o bem da comunidade, seguindo os exemplos deixados pelos santos que já alcançaram essa união plena com o criador (CARNEIRO, 2021, p. 23).

Além de serem venerados pelos fiéis, os santos tem um papel fundamental para a Igreja Católica, pois "aumenta, cresce e se desenvolve pela santidade dos seus fiéis" (CATECISMO, 1997, p. 538). A Igreja, reconhecendo a importância da santidade, estabelece critérios rigorosos para elevar alguém à condição de santo, critérios esses que são meticulosamente examinados durante o processo de canonização:

Ao canonizar certos fiéis, isto é, ao proclamar solenemente que esses fiéis praticaram heroicamente as virtudes e viveram na fidelidade à graça de Deus, a Igreja reconhece o poder do Espírito de santidade que está em si e sustenta a esperança dos fiéis, propondo-os como modelos e intercessores. "Os santos e santas sempre foram fonte e origem de renovação nas circunstâncias mais difíceis da história da Igreja". Com efeito, "a santidade é a fonte secreta e a medida infalível de sua atividade apostólica e de seu elã missionário" (CATECISMO, 1997, p. 138).

Quase inexistente nos primeiros mil anos da Igreja, o processo de canonização tornou-se mais rigoroso ao longo do tempo. Atualmente, a norma adotada foi decretada por João Paulo II em 1983, exigindo, na maioria dos casos, a comprovação de dois milagres para que alguém seja oficialmente reconhecido como santo (CARNEIRO, 2021, p. 25). No entanto, isso nem sempre é necessário, como no caso de João 23, que nomeou São Francisco com apenas um milagre reconhecido, ou dos "mártires" que, segundo a Igreja, "morreram como resultado de sua fé".

Outra forma de controlar o fenômeno da santidade foi a instituição dos processos de canonização, uma estratégia do papado para reafirmar a sua autoridade (GIMENEZ; NASCIMENTO, 2023, p. 246). Por meio desses processos, a Igreja Romana procurava determinar quem poderia ser oficialmente venerado por toda a comunidade católica. Com o tempo, esses processos tornaram-se cada vez mais organizados e sistematizados, surgindo em alguns casos por iniciativa do próprio pontífice e, em outros, em resposta a demandas locais.

Para Gimenez e Nascimento (2023), os processos de canonização envolviam a coleta de testemunhos sobre a vida e as virtudes da pessoa à santidade. A fidelidade à Igreja e a demonstração de virtudes heroicas eram cuidadosamente examinadas, em algumas situações, as canonizações eram concluídas rapidamente devido à forte devoção popular e à clareza dos milagres atribuídos ao candidato, como ocorreu com Santo Antônio de Pádua/Lisboa, cuja canonização foi realizada em tempo recorde.

De acordo com as normas da Igreja, qualquer pessoa pode ser canonizada, independentemente de sua origem, condição social ou raça. Para isso, é necessário que uma pessoa, grupo ou entidade religiosa sugira o nome do candidato a santo para uma diocese - unidade territorial da Igreja Católica administrada por um bispo - da cidade onde a pessoa faleceu.

Após a indicação do nome, a história da pessoa é analisada por meio de documentos e depoimentos de pessoas próximas a ele. Em seguida, o bispo consulta outras dioceses do país para saber se o caso deve ser aberto e, em caso afirmativo, a petição segue para Roma para receber o *Nihil Obstat*⁹, um atestado de que não há obstáculos insuperáveis que impeçam o início do processo. Nessa etapa, normalmente, o postulante recebe o título de “servo de Deus”.

Finalizada esta parte, a documentação é transferida para o Vaticano, em Roma, onde um relator é nomeado para estudá-la e elaborar a *positio*, uma tese detalhada que demonstra como a pessoa viveu heroicamente as virtudes da fé, caridade e humildade (CARNEIRO, 2021, p. 26). Esse processo é complexo e inclui várias etapas de revisão e avaliação. Inicialmente, o caso passa por um tribunal médico que examina qualquer evidência de milagres atribuídos ao candidato e em seguida, teólogos peritos analisam a vida e as obras do candidato para assegurar que ele ou ela exemplificou virtudes cristãs de maneira excepcional.

⁹ Permissão para publicar um livro, outorgada por censor oficial da Igreja católica que o examinou e se certificou de que nada continha contrário à fé ou à moral. Fonte: Oxford Languages

Depois dessas avaliações preliminares, uma comissão de bispos e cardeais realiza uma revisão final. Se o candidato demonstrar ter as virtudes necessárias, ele é proclamado “venerável”, este título reconhece que a pessoa viveu uma vida de virtude heroica, mas ainda não é suficiente para a beatificação.

Como mencionado anteriormente, o Vaticano geralmente exige a comprovação de dois milagres atribuídos ao candidato para a canonização. O primeiro milagre é investigado minuciosamente, e se for comprovado que ocorreu por sua intercessão, a pessoa é beatificada. A beatificação permite que o candidato receba um culto restrito, limitado à sua diocese de origem ou à congregação específica a que pertencia. Isso significa que ele pode ser venerado localmente, e cerimônias podem ser realizadas em sua honra dentro dessa jurisdição específica.

Segundo Carneiro (2021), após a beatificação, a investigação continua em busca de um segundo milagre, que deve ocorrer após a beatificação, este milagre também é sujeito a uma rigorosa análise e verificação por parte de médicos e teólogos. Se o segundo milagre for comprovado, o processo avança para a etapa final, a canonização, a canonização é um reconhecimento oficial de que o candidato é um santo e pode ser venerado universalmente por todos os fiéis da Igreja Católica.

Com a canonização, o novo santo é incorporado ao cânone dos santos e sua festa pode ser celebrada em toda a Igreja. Isso implica que o santo pode ser invocado por todos os católicos em qualquer lugar do mundo, e seu culto não está mais restrito a uma área geográfica ou grupo específico. A canonização é celebrada com uma cerimônia solene no Vaticano, geralmente presidida pelo Papa, e marca o culminar de um longo e rigoroso processo que pode levar muitos anos, ou até séculos, para ser concluído.

Esse processo detalhado e rigoroso de canonização reflete o compromisso da Igreja Católica em assegurar que somente aqueles que viveram vidas de virtude heroica e realizaram milagres autênticos sejam oficialmente reconhecidos como santos, também demonstra a importância da santidade na vida da Igreja, oferecendo aos fiéis exemplos de vidas dedicadas a Deus e à caridade, que podem ser imitados e venerados em todo o mundo.

2.3 As relíquias de Irmã Dulce

Segundo Bozoki (1996), desde os primórdios do culto às relíquias, possuir e controlar qualquer objeto relacionado a uma pessoa santa estava intrinsecamente ligado a questões de poder. A veneração das relíquias não era apenas uma prática religiosa, mas também um meio de exercer influência e autoridade, por esta razão, durante os séculos III e IV, uma das maiores prerrogativas da Igreja foi impedir que o poder das relíquias fosse monopolizado por famílias, grupos ou instituições específicas para servir a interesses particulares. Borbolla e Parede (2014, p. 98) explicam que:

La devoción a las reliquias del santo se propagó rápido por la diócesis, en 1270 recibía culto en el altar de la catedral y en 1300 se celebraba su fiesta con octava solemne. Además a partir de 1407 se constata la existencia de una capilla dedicada al santo dentro de la parroquia de san Lorenzo erigida a finales del XIV, cuando la construcción de la nueva catedral gótica (1394) trajo la desaparición del altar dedicado al santo. Se entiende que para esas fechas su culto era tan importante que no podía quedar sin su correspondiente espacio.

O estudo da devoção e do culto às relíquias cristãs é essencial para uma compreensão abrangente da espiritualidade medieval. A veneração dos "mortos especiais" teve sua origem nos primeiros séculos da Igreja e gradualmente ganhou popularidade. Desde as cerimônias fúnebres realizadas ao redor dos corpos dos santos mártires até a sua extensa utilização e controle, os vestígios sagrados foram amplamente manipulados e mobilizados pelos diversos poderes da época. O intercâmbio, as trocas, os traslados e as falsificações desempenharam papéis cruciais na formação e diversificação das relíquias, contribuindo significativamente para a construção de uma verdadeira teologia das relíquias (TATSCH; NASCIMENTO, 2022, p. 59).

A veneração das relíquias é uma prática antiga na Igreja Católica e desempenha um papel importante na construção da santidade e da devoção popular. Segundo Negrão (1984), a presença das relíquias nas igrejas reforça a conexão entre os santos e os fiéis, proporcionando um elo tangível de fé.

Segundo Nascimento (2024), o desejo profundo de se aproximar do sagrado e de utilizar essa proximidade como uma estratégia nas relações de poder gerou um vasto volume de corpos e objetos considerados maravilhosos pelos fiéis. As relíquias, em particular, adquiriram um valor imenso, fundamentado tanto nas crenças religiosas

quanto nas complexas relações de poder associadas à organização dos espaços sociais que eram vistos como sagrados.

O fascínio e a reverência pelas relíquias transformaram-nas em objetos de desejo e disputa, o valor das relíquias conduziu a uma série de práticas que incluíam a busca de achados maravilhosos, a realização de traslados de relíquias de um local para outro, e a ocorrência de falsificações destinadas a enganar os devotos e as autoridades eclesiásticas. A importância das relíquias também gerou disputas intensas entre instituições e indivíduos pelo direito de possuí-las, além de estimular o comércio e, em alguns casos, até furtos (NASCIMENTO, p. 319, 2024).

Neste sentido, a posse de uma relíquia desempenhou um papel importante na atração de pessoas para locais específicos, resultando na formação de rotas de peregrinação tanto na Idade Média quanto na Idade Moderna. As rotas de peregrinação, impulsionadas pelo desejo de adorar e obter benesses espirituais associadas às relíquias, contribuíram significativamente para o desenvolvimento de redes de intercâmbio religioso e cultural (NASCIMENTO, p. 319, 2024).

Ademais, segundo os autores supracitados a presença de relíquias em locais de culto e nas mãos de instituições religiosas estimulava a realização de doações e o fluxo de recursos financeiros, bem como conferia prestígio aos responsáveis pela sua guarda e exposição, as relíquias não eram apenas objetos de devoção pessoal, mas também ferramentas de poder e influência, que ajudavam a consolidar a posição das instituições religiosas e dos líderes que as controlavam.

A posse de relíquias era vista como uma fonte de prestígio e legitimidade espiritual, e aqueles que as detinham podiam ganhar poder significativo sobre as comunidades de fiéis. Gimenez e Nascimento (2024), explicam que o controle sobre as relíquias permitia não apenas atrair peregrinos e suas doações, mas também reforçar a autoridade moral e religiosa daqueles que as guardavam, diante disso, a Igreja precisava intervir para garantir que o culto às relíquias permanecesse sob sua jurisdição e não fosse desviado para fins seculares ou particulares.

Essa intervenção foi importante para manter a integridade e a unidade da fé cristã, a igreja se esforçou para regular o culto às relíquias de maneira que não se tornasse uma ferramenta de poder para poucos privilegiados, mas que servisse ao propósito maior de fortalecer a fé e a devoção coletiva. Assim, a Igreja estabeleceu normas e diretrizes para a autenticação, veneração e distribuição das relíquias,

assegurando que seu uso estivesse alinhado com os princípios espirituais e teológicos da fé cristã.

No tratado intitulado *De cura pro mortuis gerenda* (O Cuidado Devido aos Mortos), redigido por Santo Agostinho no ano de 421, o autor abordou uma questão fundamental levantada pelo bispo Paulino de Nola: "É proveitoso para os mortos o sacrifício que se oferece por eles?" Nesse opúsculo, Agostinho investigou as origens e as influências que levaram os cristãos a honrar os mortos, especialmente por meio da prática de sepultá-los em terrenos sagrados ou nas proximidades das sepulturas de indivíduos considerados santos. O filósofo argumenta que, embora essa prática possa ter um impacto limitado sobre o estado dos mortos, ela tem um efeito significativo sobre os vivos (TATSCH; NASCIMENTO, 2022, p. 59).

De acordo com sua perspectiva, as cerimônias e rituais realizados em homenagem aos mortos servem mais para consolar e confortar os que permanecem neste mundo do que para beneficiar diretamente aqueles que já partiram. Dessa forma, Santo Agostinho valoriza a prática não apenas como uma expressão de devoção, mas também como um meio de proporcionar alívio emocional e espiritual aos que ainda estão vivos:

Os mártires, após sua morte, não padeciam mais nenhum sofrimento, nem do esfacelamento dos seus membros; nem das chamas que calcinaram seus ossos; nem da dispersão de suas cinzas. Mas os cristãos, que não podiam sepultar a mínima porção de suas relíquias, ficavam atormentados de grande dor e piedade. Eles sentiam em sua misericordiosa compaixão todos os sofrimentos que aqueles mortos não podiam mais experimentar (AGOSTINHO, 2021, p. 170).

Segundo Tatsch e Nascimento (2022), Santo Agostinho afirma que é fundamental oferecer aos defuntos os mesmos cuidados e honras que os vivos esperam receber após a morte. De acordo com sua visão, as relíquias dos mártires, que são vestígios sagrados das vidas sacrificiais, têm o potencial de influenciar e intervir na vida dos vivos. No entanto, essa capacidade de intervenção só se concretiza se houver a permissão divina "É preciso compreender, antes, que é por efeito do poder divino que os mártires intervêm em nossos interesses" (AGOSTINHO, 2021, p. 185). Portanto, enquanto a veneração das relíquias pode ser uma prática de grande importância espiritual, a sua eficácia em promover bênçãos ou milagres é sempre subordinada à vontade e ao desígnio de Deus.

Além disso, a Igreja se empenhou em educar os fiéis sobre o verdadeiro significado e propósito das relíquias, elas não deviam ser vistas como amuletos

mágicos ou objetos de superstição, mas como símbolos sagrados que conectavam os fiéis aos santos e, por extensão, a Deus. A veneração das relíquias era encorajada a ser um ato de devoção sincera, que inspirasse uma vida de santidade e imitação das virtudes dos santos.

Segundo Gimenez e Nascimento (2024), nos séculos III e IV, a Igreja também enfrentou o desafio de evitar que as relíquias se tornassem moeda de troca em jogos de poder político, era comum que governantes e nobres buscassem adquirir relíquias para legitimar seus reinados e aumentar seu prestígio. A Igreja, consciente desse risco, tomou medidas para manter as relíquias em locais sagrados e garantir que seu uso permanecesse puramente espiritual, isso incluía a construção de igrejas e santuários dedicados à guarda das relíquias, onde os fiéis podiam venerá-las de maneira apropriada e reverente.

O controle sobre as relíquias também implicava a necessidade de autenticação. Falsas relíquias podiam facilmente surgir, sendo fabricadas para satisfazer a demanda por esses objetos sagrados. A Igreja desenvolveu procedimentos rigorosos para verificar a autenticidade das relíquias, incluindo investigações históricas e teológicas, e muitas vezes proclamava a autenticidade das relíquias através de concílios e decretos oficiais.

A postura da Igreja em relação ao culto às relíquias e seu controle sobre essas práticas refletem uma preocupação profunda com a pureza da fé e a unidade da comunidade cristã, ao centralizar a administração das relíquias, a Igreja buscava assegurar que seu poder espiritual fosse usado para fortalecer a fé coletiva, promover a justiça e a caridade, e evitar divisões internas que poderiam surgir do uso indevido dessas santidades.

As relíquias de Irmã Dulce são classificadas principalmente como de primeiro grau, ou seja, partes do seu corpo, como pequenos fragmentos de ossos, além disso, existem também relíquias de segundo grau, que incluem objetos pessoais da santa, e relíquias de terceiro grau, que são itens que tocaram seu corpo ou suas relíquias de primeiro grau.

Segundo Gimenez e Nascimento (2024), a maior relíquia de Irmã Dulce é o seu próprio corpo, que atualmente está localizado no Santuário de Santa Dulce dos Pobres, em Salvador, Bahia, este santuário se tornou um importante ponto de peregrinação e devoção, atraindo fiéis de todas as partes do Brasil e do mundo que

vêm para prestar homenagens à santa e buscar inspiração em sua vida de dedicação aos pobres.

Além de seu corpo, existem também diversos fragmentos e objetos associados à história de sua vida que são considerados relíquias preciosas, estes itens incluem pedaços de vestes, rosários, objetos pessoais e outros artefatos que Irmã Dulce utilizou durante sua vida. Essas relíquias são cuidadosamente preservadas e muitas vezes são exibidas em exposições especiais ou transportadas entre diferentes igrejas e paróquias em todo o território brasileiro. Conhecidas como "reliquias peregrinas", elas viajam por diversas localidades, permitindo que um número maior de fiéis tenha a oportunidade de venerá-las e sentir-se mais próximo da santa (GIMENEZ; NASCIMENTO, 2024, p. 249).

Essas relíquias peregrinas desempenham um papel significativo na disseminação da devoção a Santa Dulce dos Pobres, ao percorrerem o país, elas levam consigo a história e o exemplo de Irmã Dulce, inspirando comunidades a seguir seus passos de compaixão e serviço. A presença dessas relíquias em diferentes paróquias proporciona momentos de profunda espiritualidade e conexão para os fiéis, que muitas vezes participam de missas, vigílias e outras celebrações religiosas em honra à santa.



Figura 6: Capela das Relíquias (Salvador-Bahia) local atual das relíquias corporais. Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/home>

Gimenez e Nascimento (2024) relatam o desejo de Irmã Dulce em ser sepultada no cemitério Quintas dos Lázaros, um lugar simples e humilde, reflete sua profunda identificação e solidariedade com os mais pobres, este cemitério é conhecido por ser

um local onde muitos dos marginalizados e desfavorecidos da sociedade são enterrados. Irmã Dulce queria estar ao lado daqueles a quem dedicou toda a sua vida, mesmo na morte, embora seu corpo esteja agora no santuário, este desejo simboliza sua contínua ligação com os pobres e sua missão de vida.

Segundo Gomes (2020), no bairro do Saboeiro, foi criada a primeira paróquia do mundo dedicada à Santa Dulce dos Pobres, o evento, que marcou essa ocasião especial, teve início cedo, com os fiéis chegando ao local já às 4h30 da manhã, demonstrando sua devoção e entusiasmo. Às 7h30, o Decreto que oficializou a criação da paróquia foi lido pelo vigário forâneo, padre Carlos Augusto, durante uma Missa solene presidida pelo bispo auxiliar Dom Estevam dos Santos Silva Filho.

Dom Estevam destacou a importância desse momento para a comunidade e para a Arquidiocese de São Salvador da Bahia. "Nós queremos homenagear esta santa baiana, amiga de todos os baianos. A leitura do Decreto significa que, a partir de agora, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia já tem uma paróquia dedicada à Santa Dulce dos Pobres", afirmou ele durante a cerimônia. A criação da paróquia foi recebida com grande alegria pelos fiéis presentes, que se sentiram honrados em poder participar desse momento histórico.

A celebração foi marcada por cânticos, orações e homenagens à Santa Dulce dos Pobres, cuja vida e obra são um exemplo de amor e dedicação aos mais necessitados. Os devotos participaram ativamente da Missa, que incluiu momentos de reflexão sobre a missão de Santa Dulce e seu legado de caridade, a nova paróquia se torna, assim, um símbolo de esperança e fé para a comunidade do Saboeiro, inspirando os fiéis a seguirem os passos de Santa Dulce na prática da solidariedade e do serviço ao próximo (GOMES, 2020, p. 17).

Após a leitura do Decreto, um momento de grande emoção e solenidade tomou conta da cerimônia quando uma relíquia de Santa Dulce dos Pobres foi entronizada na paróquia. "As relíquias de primeiro grau são fragmentos de uma parte do corpo, neste caso, dos ossos de Santa Dulce dos Pobres," explicou Dom Estevam, ressaltando a importância e o simbolismo desse ato. Ele acrescentou: "As Igrejas, desde o início, já tinham essa tradição. É uma forma de dizer: 'nós estamos muito próximos deste santo ou desta santa'. Aqui em Salvador, onde tanta gente foi muito próxima de Irmã Dulce, é muito bonito e simbólico ter essa relíquia presente nesta primeira paróquia do mundo dedicada à Santa Dulce dos Pobres."

A entronização da relíquia foi recebida com reverência e profundo respeito pelos fiéis, que se sentiram ainda mais conectados à santa baiana, a presença da relíquia na paróquia simboliza não apenas a santidade de Irmã Dulce, mas também sua proximidade espiritual com a comunidade que ela tanto amou e serviu.

A relíquia de Santa Dulce dos Pobres – um pequeno fragmento do osso da costela – ocupava um lugar de destaque em um altar, ao lado das relíquias de outros santos canonizados, bem em frente à imponente Basílica de São Pedro, este momento significativo foi marcado pela entrega do relicário ao Papa, um gesto realizado por José Maurício Moreira, o homem que recebeu o milagre atribuído à intercessão de Santa Dulce.



Figura 7: Em formato de coração, relicário entregue ao Papa com um pedaço do osso da Santa Dulce dos Pobres pode ser visitado na Capela das Relíquias, no Vaticano. Fonte: <https://www.irmadulce.org.br/home>

O relicário, cuidadosamente confeccionado em forma de coração de ametista, foi projetado para honrar a memória e a santidade de Irmã Dulce, este precioso objeto não só simboliza a vida dedicada ao serviço dos pobres e doentes, mas também a fé inabalável e o amor profundo que ela nutria por todos.

Segundo Tatsch e Nascimento (2022), os relicários são mais do que simples recipientes; eles são estruturas meticulosamente elaboradas, projetadas para abrigar, proteger e conferir um significado profundo às relíquias que contêm. Esses objetos são frequentemente adornados com materiais preciosos e são trabalhados com um nível de habilidade que reflete a importância espiritual da relíquia que guardam.

Ao transformar uma relíquia em um artefato de adoração e devoção, o relicário desempenha um papel importante na amplificação da sacralidade e da reverência atribuída ao objeto, ele não só preserva a relíquia de danos e deterioração, mas também a eleva a um status de veneração através de sua própria elaboração artística e simbólica. Assim, o relicário atua como um elo entre o sagrado e o terreno, tornando o transcendente acessível e tangível para os fiéis.

De acordo com Gomes (2020), após a cerimônia de entrega, ficou decidido que o relicário será mantido na Capela das Relíquias, um local sagrado e reservado no

Vaticano, onde as relíquias de santos e beatos são preservadas, este espaço é conhecido por abrigar objetos de grande significado espiritual, e a inclusão da relíquia de Santa Dulce dos Pobres reforça a importância de seu legado no contexto da Igreja Católica.

A presença da relíquia na Basílica de São Pedro, cercada por outros símbolos de santidade, eleva ainda mais a estatura de Santa Dulce dos Pobres no panteão dos



Figura 8: Cinzas Santa Dulce. Fonte: Autoria própria (2024)

santos venerados pela Igreja. Este ato de entronização não é apenas uma homenagem à sua vida e obras, mas também um sinal de que sua intercessão e seu exemplo continuam a inspirar milhares de fiéis ao redor do mundo.

Durante o processo de elaboração da minha monografia, tive a oportunidade de visitar uma relíquia de Santa Dulce que se encontra de passagem no Santuário Basílica da Sagrada Família localizado aqui em Goiânia/GO.

A presença das cinzas de Santa Dulce na basílica, conhecida como "*ex cineribus*", que é uma relíquia de primeiro grau, que oferece uma visão corpórea da interseção entre a fé e o material. O momento de estar diante dessas cinzas foi profundamente tocante, a visão das cinzas, alojadas com reverência em um relicário meticulosamente elaborado, evocou uma profunda reflexão sobre a transcendência da fé e a continuidade espiritual representada por essa relíquia. A importância dessas cinzas vai além de seu valor físico; elas servem como um símbolo poderoso da vida e das virtudes de Santa Dulce, além de sua conexão duradoura com a comunidade de fiéis.

Esta experiência na Basílica da Sagrada Família foi fundamental para a compreensão da dimensão espiritual e simbólica das relíquias, ilustrando como a presença física de uma relíquia pode influenciar e enriquecer a experiência devocional dos crentes.

A veneração de Irmã Dulce e suas relíquias, tanto no santuário quanto nas peregrinações, reforça o impacto duradouro de sua vida e obra, através dessas práticas devocionais, a mensagem de compaixão, humildade e serviço ao próximo

que ela exemplificou continua a ressoar e inspirar novas gerações, sua vida e suas relíquias lembram a todos da importância de viver uma vida dedicada aos outros, especialmente aos mais necessitados, e do poder transformador da caridade e da fé.

A presença de suas relíquias em várias partes do Brasil também facilita uma conexão mais íntima entre os fiéis e Santa Dulce dos Pobres, permitindo que sua influência e exemplo se espalhem amplamente, isso contribui para a criação de uma comunidade de fé mais coesa e solidária, unida pelo amor e respeito por uma das figuras mais queridas da história recente do país.

A importância das relíquias de Irmã Dulce é destacada também por Rocha (2019), que afirma que as relíquias servem como um símbolo de continuidade da obra de Irmã Dulce, inspirando novas gerações a seguir seu exemplo de amor e caridade, este legado é visível nas inúmeras instituições fundadas por ela, que continuam a prestar serviços de saúde e assistência social a milhares de pessoas.

A devoção às relíquias de Irmã Dulce não se restringe apenas ao ambiente religioso, mas também se manifesta em eventos públicos e celebrações. A entronização de suas relíquias em cerimônias solenes é um momento de grande emoção e fé para os devotos. Como ressalta Santos (2021), a presença das relíquias em celebrações litúrgicas reforça a santidade de Irmã Dulce e fortalece a fé da comunidade.

A trajetória de Irmã Dulce e o significado de suas relíquias também refletem a influência da santidade na vida social e cultural do Brasil. A veneração de suas relíquias é um fenômeno que transcende barreiras socioeconômicas, unindo pessoas de diversas origens em torno de uma figura que representa a compaixão e a solidariedade. Gomes (2020) destaca que a devoção a Irmã Dulce é um exemplo de como a santidade pode mobilizar a sociedade para causas humanitárias, inspirando ações concretas em prol dos necessitados.

Ademais, a relevância das relíquias de Irmã Dulce vai além da devoção religiosa; elas desempenham um papel significativo no turismo religioso, a presença das relíquias em várias localidades do Brasil fomenta um fluxo contínuo de peregrinações e visitas, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento econômico das comunidades locais. Este aspecto é bem documentado por Passarelli (2019), que argumenta que o turismo religioso gerado pela veneração de Irmã Dulce não apenas preserva a herança cultural e espiritual, mas também gera emprego e renda para as comunidades envolvidas. As peregrinações não apenas reforçam o

sentimento de pertencimento e coesão social, mas também trazem benefícios econômicos substanciais, ajudando a sustentar e promover o desenvolvimento regional.

A relevância das relíquias de Irmã Dulce também se estende ao campo acadêmico, onde pesquisadores e estudiosos exploram diversos aspectos de sua vida e legado. Maria (2019) observa que a análise das relíquias de Irmã Dulce oferece uma perspectiva rica sobre a interação entre religião, cultura e identidade nacional no Brasil, assim se pode compreender que os estudos sobre sua trajetória e a veneração de suas relíquias contribuem para a compreensão do papel da santidade na sociedade contemporânea.

Além disso, a investigação acadêmica sobre as relíquias de Irmã Dulce também ilustra a maneira como a santidade é percebida e vivida no Brasil atual, os estudiosos têm explorado como a vida e o legado de Irmã Dulce refletem as questões sociais e religiosas da contemporaneidade, e como suas relíquias se tornam símbolos de esperança e resiliência para muitos. A presença de suas cinzas em um local sagrado não apenas reforça a memória de seus atos de caridade e devoção, mas também serve como um ponto de referência para a reflexão sobre o impacto da fé e da santidade na vida cotidiana das pessoas.

Em suma, as relíquias de Irmã Dulce são de extrema importância para a compreensão da religiosidade no Brasil, oferecendo uma rica perspectiva sobre a interseção entre religião, cultura e identidade, sua presença em locais de veneração não apenas promove o turismo religioso e o desenvolvimento econômico, mas também oferece um campo fértil para a pesquisa acadêmica que explora a influência duradoura da santidade na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O culto aos santos, como parte integral da prática e da espiritualidade, remonta aos primeiros séculos da Igreja, onde a veneração aos mártires e santos reconhecidos tornou-se símbolo de um elo mais íntimo com o sagrado, esse culto foi essencial para a consolidação da identidade católica, principalmente durante a Idade Média, quando catedrais foram construídas e festivais e rituais devocionais foram formalizados. O Concílio de Trento (1545-1563) desempenhou um papel importante na estruturação e regulamentação desse culto, em resposta à Reforma Protestante, que criticava a veneração dos santos, o concílio reafirmou a importância dos santos na intercessão entre os fiéis e Deus, estabelecendo diretrizes para impedir excessos e desvios, de modo a manter o culto dentro das normas da ortodoxia católica.

No contexto brasileiro, a religião católica sempre desempenhou um papel de destaque desde a chegada dos portugueses, tornando-se um pilar fundamental na formação da identidade cultural e religiosa do país. Desde o período colonial, o catolicismo foi uma ferramenta de integração e organização social, e a veneração aos santos sempre esteve profundamente enraizada na cultura popular brasileira. A devoção a Irmã Dulce dos Pobres é um exemplo contemporâneo dessa relação entre o catolicismo e o contexto social brasileiro, onde desta forma a Igreja continua a desempenhar um papel significativo.

A vida de Irmã Dulce foi caracterizada por um compromisso notável com o cuidado aos necessitados, dedicou-se aos pobres, doentes e marginalizados, estabelecendo diversas iniciativas para assisti-los, mesmo em condições adversas e com recursos limitados.

O relato de sua vida e de suas obras sociais, torna-se uma narrativa que valoriza o protagonismo feminino, ainda que inserido no contexto da Igreja Católica. Irmã Dulce rompeu barreiras em uma sociedade eclesiástica que, historicamente, reservava às mulheres funções limitadas e secundárias, ao oferecer sua vida e sua obra aos pobres, questionou também a exclusão e a desigualdade social, que por vezes permanece invisível em determinados espaços religiosos.

Esse protagonismo feminino, embora alinhado aos ensinamentos e aos valores da Igreja, se destaca por sua força. Santa Dulce, deixou um legado que questiona as estruturas de poder e exclusão social e convida a uma reflexão sobre o compromisso cristão com a igualdade.

As Obras Sociais Irmã Dulce (OSID) são uma expressão concreta do compromisso de Santa Dulce dos Pobres com os mais necessitados e marginalizados, a instituição cresceu exponencialmente, transformando-se em um dos maiores complexos de saúde e assistência social do Brasil. Hoje, a OSID abrange um hospital, centros de atendimento, escolas e unidades de apoio que acolhem milhares de pessoas diariamente, independentemente de raça, credo ou condição financeira.

A construção da santidade de Irmã Dulce é marcada pela sua dedicação ao serviço dos pobres, a sua vida de renúncia pessoal e entrega aos outros foi um testemunho da prática cristã da caridade, o que foi consolidado com o reconhecimento de um milagre atribuído à sua intercessão, requisito essencial para o processo de canonização na Igreja Católica.

Após a sua beatificação, a Igreja reconheceu um segundo milagre, atribuindo-o à sua intervenção divina, o que culminou na sua canonização em 2019, a bula de canonização de Santa Dulce dos Pobres é um documento oficial que detalha as etapas rigorosas de análise que garantiram o reconhecimento da sua santidade, cada aspecto da sua vida e obra foi cuidadosamente avaliado, atestando a autenticidade de seu milagre e destacando a importância de sua intercessão para a comunidade cristã.

As relíquias de Santa Dulce ocupam um lugar de profunda reverência e significado cultural e religioso, em muitas tradições cristãs, as relíquias dos santos são veneradas por seu poder simbólico e espiritual, e o caso de Santa Dulce não é diferente, as relíquias associadas a ela reforçam o vínculo entre os fiéis e a santa, funcionando como um meio de conexão espiritual com a obra e a vida de uma pessoa considerada santa pela Igreja, essas relíquias não apenas fortalecem a fé de seus devotos, mas também têm um papel importante na cultura religiosa brasileira, impulsionando o turismo religioso e atraindo milhares de fiéis ao santuário em Salvador. Para muitos, as relíquias de Santa Dulce não são apenas símbolos de sua vida, mas também representam um chamado contínuo à caridade e ao serviço aos pobres.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Felipe; WOITOWICZ, Karina Janz. As mulheres e os valores religiosos na biografia de Santa Dulce dos Pobres. **LÍBERO**, n. 51, p. 76-90, 2022.
- AGOSTINHO, S. **O cuidado devido aos mortos**. São Paulo: Paulus, 2021.
- AGNUS DEI. **Concílio de Trento**. Disponível em: <http://agnusdei.50webs.com/trento3.htm>. Acesso em: 17 de jun. 2024.
- AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ANDRADE, Solange Ramos. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista brasileira de história das religiões**, v. 3, n. 7, 2015.
- BERNAY, Sylvie; PEYROUS, Bernard. **As crises da Igreja: O que elas nos ensinam**. Editora Santuário, 2023.
- BINOTE, Janete. **Catolicismo atual / A teologia da Libertação e a linha pastoral do Papa Francisco**. Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.
- BRAGA, Ananda; CASAES, Camila; SOUZA, Emily. **Memorial Irmã Dulce: uma avaliação sobre o potencial turístico**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Lúcia Castro Lima. 2016. 86f. Monografia. (Bacharelado em Turismo e Hotelaria) – Departamento de Ciências Humanas, Campus I, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2016
- BOFF, Leonardo. **América Latina: da conquista à nova evangelização**. São Paulo: Ática, 1992.
- BORDIGNON, Celso. **A Iconografia Paleo Cristã**. Cadernos da ESTEF, v. 1, p. 14-21, 2004.
- BOZOKY, Edina. Voyages de reliques et démonstration du pouvoir aux temps féodaux. In: **XXVle Congrès de la SHMES: Voyages et voyageurs au Moyen Âge**. Publications de la Sorbonne, 1996.
- CAIRNS, Earle E. **Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã: tradução Israel Belo de Azevedo**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- CARNEIRO, Bianca. **De freira a santa: construção da imagem de Santa Dulce dos Pobres pelo jornal A Tarde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Jornalismo (FACOM), 2021.
- COMBLIN, José. **Situação Histórica do Catolicismo no Brasil**. REB, v.26, n. 3, p. 574-601, 1966.
- CATECISMO da Igreja Católica, **São Paulo: Edições Loyola**, 1997.
- COSTA, Célio; MARTINS, FJ. Análise histórica, religiosa e educacional sobre o catecismo do santo Concílio de Trento. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 1, n. 6, p. 01-19, 2010.
- CYMBALISTA, Renato. Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade Moderna. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 14, p. 11-50, 2006.

DE LA BORBOLLA GARCÍA, Ángeles García *et al.* **Reliquias y relicarios: una aproximación al estudio del culto a los santos en la Navarra medieval.** Hispania Sacra, v. 66, n. Extra_2, p. 89-118, 2014.

DROBNER, Hubertus. **Manual de Patrologia.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 530-532, 2008.

EVANGELISTA, Adriana. **Santos e devoção: o culto às imagens.** Imagem Brasileira, n. 3, p. 11-21, 2006.

GIMENEZ, José, NASCIMENTO, Renata. Traslado das santas relíquias em Portugal e no Brasil: um especificações de longa duração. Espéculos. **Revista de Humanidades y Espiritualidad**, v. 8, p. 235-254, 2024.

GOMES, Sara. Santa Dulce rogai por nós. **Revista Primaz**, Salvador, n. 8, p. 05-36, 2020.

GONZALEZ, Justo. **E até os confins da Terra: uma História ilustrada do Cristianismo - Volume 1: A Era dos Mártires.** São Paulo: Vida Nova, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800).** Editora Brasiliense; 1ª edição, p. 88, 1982.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro 1550-1800: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

HOORNAERT, Eduardo. **Thales de Azevedo e a sociologia do catolicismo no Brasil.** REB, v. 54, n. 214, p. 427-438, 1994.

KUPPER, Agnaldo. Catolicismo no brasil. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 29, n. 56, p. 121-130, 2018.

LE GOFF, Jacques. Dicionário temático do Ocidente medieval. **São Paulo: EDUSC**, v. 1, 2002.

MANZATTO, Antonio. O Papa Francisco e a teologia da libertação. **Revista de cultura teológica**, n. 86, p. 183-203, 2015.

MARIA, K. **Irmã Dulce: A Santa brasileira que fez dos pobres sua vida.** São Paulo: Paulus, 2019.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias. I O Período da reforma.** Trad. Orlando Soares Moreira. Edições Loyola. São Paulo, p. 266, 1995.

MARTINS, Angelina. A religio do cristianismo primitivo: arte, símbolos e resignificações nas catacumbas romanas. **Último Andar**, n. 25, p. 77-102, 2015.

MESQUITA, Fabio. A Veneração aos Santos no Catolicismo popular brasileiro—Uma aproximação histórico-teológica. **Revista Eletrônica Espaço Teológico.**, v. 9, n. 15, p. 155-174, 2015.

MOZZARELLI, Cesare. **I tempi del Concilio: religione, cultura e società nell'Europa tridentina.** Bulzoni, 1997.

NASCIMENTO, Renata. **Discursos, conflitos e temporalidades.** Editora: Fi, 2024. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 07 de set. 2024.

NASCIMENTO, Renata. **Os sentidos do Sagrado no Ocidente Medieval**. Editora CRV, 2023.

NEGRÃO, Lísias. **A religiosidade do povo**. EDUC-Ed. Paulinas, 1984.

OLIVEIRA, Sandra *et al.* EDUCAÇÃO MÉDICA: MODELO DE TRANSFERÊNCIA DE APRENDIZAGEM PARA EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA MÉDICA. **Revista Extensão**, v. 5, n. 3, p. 103-116, 2021.

PAIVA, José Pedro. **A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas**. O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares novos, coordinated by António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa and José Pedro Paiva, p. 13-40, 2014.

PASSARELLI, G. **Santa Dulce dos Pobres: O anjo bom do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2019.

PELOS OLHOS de Dulce. Direção: Jorge Gauthier, 2020. Disponível em: <https://especiais.correio24horas.com.br/pelosolhosdedulce/index.html>. Acesso em: 5 set. 2024.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Paulus. 7^a ed, 2010.

PONTES, Maria Rita. **Irmã Dulce dos pobres**. 15. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1999.

REGINALDO, Felipe; TREVISAN, Mariana; DO CARMO AMARAL, Maria. **A origem do culto aos santos: um olhar historiográfico**. Caderno Intersaberes, v. 7, n. 12, 2018.

REIMER, Ivone. Perigo de morte e morte vivida no movimento de Jesus: teologia e imaginário gravados na arte das catacumbas. Ciberteologia – **Revista de Teologia e Cultura**. Ano VI, n. 29. p. 31-44, 2010.

RIBEIRO, Edilmar. A opção preferencial pelos pobres em Santa Dulce dos Pobres. **Revista Pistis & Praxis**, v. 13, n. 2, 2021.

ROCHA, G. **Irmã Dulce, a santa dos pobres**. São Paulo: Planeta, 2019.

ROMANOWSKI, Paulo. **Introdução à história do catolicismo no Brasil**. Editora Intersaberes, 2023.

SALAZAR, Clarissa. **Gestão do voluntariado e dada: reflexões à luz do caso Obras Sociais Irmã Dulce–OSID**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11173>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

SANTOS, Davi. **Comunicação interna e crise organizacional: reflexão breve sobre caso nas Obras Sociais Irma Dulce**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Jornalismo, Universidade Federal da Bahia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32877>. Acesso em 18 de jun. 2024.

SANTOS, Luísa. **O Concílio de Trento e a discussão acerca do estatuto da imagem**. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/334>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

SCOTT, Benjamin. **As Catacumbas de Roma**: As Catacumbas de Roma, o testemunho e o martírio dos primeiros cristãos. 13ª ed. Rio de Janeiro: CPAD - Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1996.

SELL, Carlos; MONIZ, Carlos. **Apresentação**: A reconfiguração do catolicismo no Brasil no contexto da secularização. *Estudos de religião*, v. 37, n. 1, p. 5-14, 2023.

SESBOÜÉ, Bernard; WOLINSKI, Joseph. **O Deus da salvação**. Edições Loyola, 2002.

SILVA, Andréia; SILVA, Leila. **Mártires, Confessores e Virgens**. O Culto Aos Santos No Ocidente Medieval. Petrópolis: Vozes, 2016.

SILVA, Orione; CARMO, Solange. Os santos e as imagens na religiosidade popular. **Vida Pastoral, São Paulo**, p. 21-32, 2013.

SILVA, Jamerson. Concílio de Trento: uma trama de crises e decretos nos passos de uma ecclesia semper reformanda. **Revista Eletrônica Espaço Teológico.**, v. 9, n. 16, p. 130-150, 2015.

STRATHMANN, H. **Martys, martyreo, martyria, martyrion**. In: KITTEL, G. (Ed.). *Theological Dictionary of the New Testament*. v. VI. Grand Rapids: Eerdmans, p. 475-520, 1968.

TATSCH, Flavia; NASCIMENTO, Renata. Relíquias e Relicários na Idade Média: Arte e História. **Revista Mosaico**, v. 15, p. 57-66, 2022.

VAINFAS, Ronaldo; ÍNDIOS, Heresia. **Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.